

Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 20 DE JUNHO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JÚNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAÚJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMÍLIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LÁZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUÍZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURÍCIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRÜGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quielise Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Thomazoni
2.º Secretário — Quielise Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

- Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

- Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel; Sebastião Rodrigues (MDB).

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

- Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro

Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

- Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

- Presidente — Jorge Sato
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

- Presidente — Antonio Maciel.
Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)
Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

- Presidente — Borsari Neto
Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)
Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

- Presidente: Antonio Lopes Júnior
Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)
Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

TITULARES

- Presidente — Arizone Araújo
Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)
Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

- Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;
Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).
Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.
Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

- Presidente — David Federmann;
Vice-Presidente — Arizone Araújo
João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).
Secretário — Elza Carneiro Camargo.
Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

- Presidente — Cândido Martins de Oliveira.
Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)
Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.
Secretário — Lélcio Guimarães Sotelo Major.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

- Presidente — Paulo Poli.
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).
Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

- Presidente — Xenofonte Villanueva.
Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)
Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.
Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

2.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 83.^a Sessão (Extraordinária)
Realizada em 20 de Junho de 1972 - (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Ivo Tomazoni secretariada pelos srs. Deputados Domicio Scaramella e Basílio Zanusso.

Às 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Wilson Fortes — Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Quielise Crisóstomo — Domicio Scaramella — Rosário Pitelli — Aguinaldo Pereira Lima — Antonio Belinati — Antonio Lopes Junior — Antonio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Candido Martins de Oliveira — David Federmann — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — Igo Losso — João Fadel — João Mansur — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Muggiati Filho — Nivaldo Kruger — Odilon Reinhardt — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Pinto Dias — Sebastião Rodrigues Junior — Santos Lima e Wilson Brandão. (43); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antonio Costa — Alvaro Dias — Fuad Nacli e Xenofonte Villanueva. (4).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
 Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

Discussão única — da Proposição n. 44-72, Veto aposto ao Projeto de Lei n. 105-71, de autoria do Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima, que autoriza o Poder Executivo incorporar ao Sistema Estadual de Ensino, o Ginásio Municipal de Arapoti. Relatório da C.C.J. considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. Em votação. **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 21 às 14,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA

Discussão única — da Proposição n. 45-72.

Levanta-se a sessão.

2.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 84.^a Sessão Ordinária
Realizada em 20 de Junho de 1972 - (Terça-Feira)

Presidência do sr. Deputado Wilson Fortes secretariada pelos srs. Deputados Ivo Tomazoni e Quielise Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes — Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Quielise Crisóstomo — Domicio Scaramella — Rosário Pitelli — Aguinaldo Pereira Lima — Antonio Belinati — Antonio Lopes Junior — Antonio Maciel — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Candido Martins de Oliveira — David Federmann — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — Igo Losso — João Fadel — João Mansur — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Muggiati Filho — Nivaldo Kruger — Odilon Reinhardt — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Pinto Dias — Sebastião Rodrigues Junior — Santos Lima — Wilson Brandão e Arizone Araújo. (43); achando-se ausentes os srs. Deputados: Antonio Costa — Alvaro Dias — Xenofonte Villanueva e Fuad Nacli (4).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte **EXPEDIENTE:**

OFÍCIO:

Sob o n. 376-72, do Senhor Mauricio Schulman, Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, no qual acusa o recebimento do ofício da Presidência desta Casa e comunica que em data de 21 do corrente, comparecerá neste Poder, de acordo com a solicitação do Senhor Deputado João Mansur, aprovada em sessão do dia 18 do mês próximo passado. — **Ao conhecimento da Casa e do Senhor Deputado João Mansur.**

OFÍCIO:

HAROLDO LEON PERES

Advogado.

Rio de Janeiro, 9 de junho de 1972.

Exmo. Sr.

Deputado Wilson Fortes

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná.

Curitiba — PR.

Tomei conhecimento das notícias veiculadas por certos órgãos de divulgação, de que as contas relativas aos meses em que estive à frente do Governo do Estado, obtiveram parecer desfavorável do Tribunal de Contas.

Tendo deixado o Governo em novembro do ano passado, é evidente que não conheço as contas prestadas em um dos primeiros meses deste exercício de 1972, nem as alegadas irregularidades nelas apontadas.

Entretanto, como as mesmas deverão ser apreciadas e julgadas pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, venho colocar-me à sua disposição para qualquer esclarecimento, solicitando a V. Exa. que me de conhecimento das pretensas irregularidades, para que eu possa adotar as providências cabíveis.

Devo afirmar a V. Exa. e a seus nobres Pares que não me preocupa a opinião dos Conselheiros do Tribunal de Contas, pois sei que a grande maioria deles não me pode perdoar a disciplinadora Emenda Constitucional n.º 3, que, suprimindo a exigência do Registro Prévio dos Contratos Administrativos, veio trazer incontestáveis benefícios à Administração Pública do Estado.

Mas, como ex-Governador, tenho, por mais facciosas que sejam as dúvidas levantadas sobre as contas de minha gestão, o dever de esclarecê-las quando de sua apreciação por esta egrégia Assembléia Legislativa.

E, como cidadão, tenho não só o dever, como o direito de esclarecê-las, na defesa do meu nome e de minha honra que não hão de ficar entregues ao corvejar dos maldizentes (RUY).

V. Exa. e os nobres representantes do povo paranaense certamente, não me negarão essa oportunidade.

Neste ensejo, apresento a V. Exa. e aos demais Senhores Deputados, as expressões do meu elevado apreço.

(a) — **HAROLDO LEON PERES.**

— **Ao conhecimento da Casa.**

REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais requer, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido em data de ontem, do Senhor Santo Campagnolo, nome dos mais respeitados no Município de Toledo, e progenitor do Dr. Avelino Campagnolo, ex-Prefeito daquele progressista Município.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1972.

(a) — **IVO TOMAZONI**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário requer, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje um voto de profundo pesar pelo infausto passamento do Professor Oldack Pereira Rangel, residente em Londrina, ocorrido no dia 13 do corrente em trágico acidente nas proximidades de Cianorte, neste Estado.

O professor Oldack Pereira Rangel, além de esforçado funcionário do magistério, trabalhava com eficiência e dedicação no setor de distribuição do conceituado jornal "Folha de Londrina", onde também grangeou a amizade e consideração de seus valorosos colegas.

Bom esposo, bom pai, bom amigo, era membro fiel e líder da Igreja Evangélica Avivamento Bíblico de Londrina, onde era militante ao falecer.

Deixa esposa e filhos além de uma profunda lacuna no seio do trabalho da Igreja e dos sinceros amigos.

Com os profundos respeitos a sua memória, requeiro uma vez mais aprovado o presente, dê-se ciência da decisão desta Assembléia, à família enlutada, à "Folha de Londrina" e à Igreja Evangélica Avivamento Bíblico, como uma homenagem póstuma, a quem em vida sempre soube honrar e dignificar tudo quanto realizou.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1972.

(a) — **IGO LOSSO.**

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, regimentalmente, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje de voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido nesta data, em Curitiba, do gen. José Domingos da Silva.

O extinto exerceu as funções de Chefe do Estado Maior da 5a. Região Militar; Comandante do 13.º B.C., de Joinville; Interventor do IPASE.

Entre outros, realizou o curso de Estado Maior do Exército, recebendo, pela sua atuação inúmeras medalhas, como a do Pacificador Militar pelos bons serviços prestados por mais de 30 anos de serviço; de Guerra e Comenda da Ordem Militar.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1972.

(a) — **MAURICIO FRUET.**

Requerimento

Sr. Presidente:

Realizou-se em Campo Magro, na última semana, a Festa da Batata, restando-se de pleno êxito.

Desejamos nesta oportunidade manifestar o nosso júbilo, ressaltando que Campo Magro produziu este ano a expressiva cifra de cinquenta mil sacas de batatas de melhor qualidade, abastecendo os grandes centros como São Paulo, Rio de Janeiro, Niterói e nossa Capital entre outros. Cumprimos por essa feliz iniciativa os promotores Dr. Antonio Johnson, Prefeito Municipal de Almirante Tamandaré, Frei Nereu José Bassi, senhores Gumercindo Bozza, Adílio Santana; João Jacob Manfron e Silvio Manfron; que colaboraram no empreendimento, que culminou com a eleição da srta. Elizabeth Pianaro "Rainha da Festa da Batata".

Faço ao exposto, requeremos inserção em Ata de nossos trabalhos de um voto de Congratulações pelo evento, dando-se ciência às pessoas aqui mencionadas.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1972.

(a) — **ERONDY SILVERIO.**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer o adiamento por três sessões do Projeto n. 59-72, para vistas à Comissão de Agricultura.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1972.

(a) — **NIVALDO KRUGER.**

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao sr. Deputado Maurício Fruet.

Tendo declinado da palavra o sr. Deputado Maurício Fruet, concedo a palavra ao Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

As chuvas caídas no final da semana passada, os agricultores do Estado do Paraná, conseguiram completar sua plantação de trigo. E ocorreu um fato lamentável, houve falta de sementes e, assim, já ficando esgotado o prazo para plantio de trigo, o Paraná ficará prejudicado, porque uma grande parte dos lavradores não pode levar a bom termo sua plantação em virtude, principalmente das sementes.

Ocorre ainda acrescentar que a Casa Rural de Cornélio Procopio, por exemplo, recebeu sementes de trigo, mas não recebeu a consideração dos lavradores, que acharam por bem não plantar as referidas sementes, porque a Café do Paraná não tem fornecido, como deveria, sementes de qualidade e o plantio de sementes, quando não é de boa qualidade, traz um prejuízo enorme, não só ao produtor, como também ao próprio Estado.

Considerando esses fatores, considerando ainda que já se aproxima este mês o plantio da soja, é preciso que a Secretaria de Agricultura se prepare e arrume sementes para que todos os lavradores possam plantar.

Vimos aqui justificar requerimento de nossa autoria, para que a Secretaria de Agricultura, através de seu órgão competente, possa tomar as providências devidas. O requerimento tem o seguinte teor: (Lê)

"Requerimento"

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o Plenário, requer;

a) — A Agricultura do Paraná, vem ganhando presentemente um grande estímulo, através do plantio em grandes áreas do soja.

b) — O seu plantio aumenta de ano para ano, em razão principal da fertilidade de nossas terras, a par de contarmos com extensas áreas com topografia própria para o seu cultivo que exige mecanização.

c) — Situa-se o soja entre as lavouras consideradas "Cultura Branca" como a de melhor rentabilidade para o seu produtor.

d) — O nosso Estado marchará em curto prazo para a liderança de produção, necessitando portanto que os órgãos responsáveis pela produção agrícola se façam presentes através de orientação técnica e incentivos de toda ordem para a sua total dinamização.

e) — A boa qualidade da semente é que vai refletir diretamente no êxito de produção. Hoje quem deseja plantar semente com bom teor de germinação tem de recorrer as oriundas de outros Estados, ou as produzidas pelas Cooperativas ou entidades particulares. A semente fornecida pela Secretaria de Agricultura, através da Café do Paraná, além de insuficientes em sua quantidade, por inúmeras vezes tem trazido enormes prejuízos aos lavradores.

Estes prejuízos constantes, repetidos por vários anos acarretaram enormes descuidados da Café do Paraná, que deverá se isolar deste setor de semente, ficando exclusivamente no setor de pesquisas científicas de semente, transferindo de maneira total de multiplicação das mesmas para as Cooperativas que gozam de excelente conceito no setor agrícola do Estado.

f) — Pelas razões acima enumeradas e por estarem as Cooperativas do Paraná em condições de fornecerem sementes rigorosamente selecionadas e tecnicamente preparadas, é que sugerimos para que a Secretaria de Agricultura firme Convênios com as Cooperativas agrícolas para a garantia não só do fornecimento de sementes de alto teor de germinação como para a constante atualização das variedades mais indicadas. Neste convênio a Secretaria financiará a compra do produto pela Cooperativa até o preparo da semente na entre safra, quando quando então será vendida ao produtor, que se encarregará do financiamento junto aos Bancos Oficiais. O preço da semente, preparada e vendida sem o beneplácito do governo, fica mais alto, dificultando ao pequeno produtor que procura não gastar tanto em semente, trazendo consequentemente prejuízos em sua colheita e ao próprio governo que é em última análise o grande beneficiado. A secretaria manterá rigorosa e severa fiscalização em toda a fase de preparação da semente, fornecendo também certificado de fiscalização.

Dessa forma terão as diversas Cooperativas, hoje tão disseminadas em muitas cidades do Estado, todas de alto gabarito, o estímulo maior para cumprir as suas finalidades, o que também virá aumentar ainda mais as áreas cooperativistas, tão necessárias para o conagração das classes produtoras.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1.972.

(a) — ROSÁRIO PITELLI".

Por estas razões, Srs. Deputados é que sugerimos que o Sr. Secretário de Agricultura tome todas as providências para que nosso Estado tão rico em fertilidade de solo ocupe, dentro de espaço muito pequeno de tempo o primeiro lugar na produção de soja.

Isto trará grandes vantagens para a lavoura paranaense que, hoje, se preocupa tanto com a ferrugem do café que vem grassando de maneira assustadora por todo o Estado.

Pedimos, pois, srs. Deputados apoio para o nosso Requerimento que julgamos ser de grande justiça e de grande interesse para o nosso Estado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não há mais oradores para o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra para o Grande Expediente, ao sr. Deputado Paulo Poli, primeiro orador inscrito.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Medito profundamente antes de chegar a esta tribuna, eis que pretendo, na tarde de hoje, trazer ao conhecimento do povo paranaense e de todo o Brasil uma denúncia sobre graves irregularidades que ocorrem na política do café.

O Paraná, Sr. Presidente, srs. Deputados, está assistindo, quase que de braços cruzados, a evasão de suas divisas baseadas principalmente, na produção de café, para o estímulo de novas plantações desta rubiacea em todo o País. De certa forma é dinheiro paranaense que está sendo aplicado em todo o Brasil em prejuízo do atual produtor do nosso Estado.

Acho muito errada esta orientação adotada pelo Instituto Brasileiro do Café e aqui vai o meu protesto e a minha denúncia.

Se de fato o Governo pretende, segundo o meu entendimento seria esta a intenção do Governo, estimular novas plantações de café ninguém melhor que o próprio produtor de café, o próprio cafeicultor para receber este estímulo. E de que forma? A maneira mais simples, mais justa, mais correta e mais humana seria diminuindo o confisco e dando aos atuais cafeicultores melhores preços a seus produtos. Somente assim, com preços condizentes teriam os atuais cafeicultores condições de enfrentar o fantasma que aí está, que é a ferrugem; somente através de preços condizentes é que poderiam eles adquirir terras para formar novas lavouras. O que se observa hoje, em todo o Brasil, é o estímulo que o IBC dá principalmente nos cultos Estados da Federação, à plantação de novas lavouras o que não achamos correto e justo. Vemos homens das mais variadas profissões que se atiram, porque para eles é uma aventura, à cultura do café sem terem o mínimo conhecimento. Na verdade, em sua maioria, os agricultores estimulados por esse incentivo se atiram, como já disse, nesta aventura deixando-a, muitas vezes, no meio da viagem, a lavoura que nada produziu.

Quantas vezes, Sr. Presidente e srs. Deputados a lavoura está sendo implantada em lugares que de antemão se sabe que não irão produzir; daí o nosso protesto porque, Sr. Presidente e Srs. Deputados, há tempos passados o Paraná, que já de há muitos anos é o maior produtor de café do Brasil, tinha na alta representação do Ministério da Agricultura, um homem do Paraná; com o decorrer do tempo o Paraná perdeu aquele posto — ficamos ainda com um lugar no IBC; tínhamos ainda, no Governo da Revolução, no IBC um homem do Paraná; com o decorrer do tempo o Paraná perdeu também aquela posição. E o que nós vemos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é que a maioria dos homens responsáveis do nosso Estado, isto é uma verdade lamentável, assistem, de braços cruzados, esta evasão de renda produzida pelos nossos cafeeiros. É lamentável, e eu gostaria de registrar aqui nesta Tribuna, falando nesta Assembléia, que esta Casa não poderá passar recibo a este estado de coisas.

Quero neste instante lançar o meu protesto, numa campanha que pretendo iniciar, para que o Paraná tome um lugar ao sol como os demais Estados.

O sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Paulo Poli, o aspecto que V. Exa. aborda, da política do café, do IBC, é decorrência do abandono total do Governo Federal para com o Estado do Paraná, fruto da ausência de um representante paranaense no seio da Administração Federal. Este assunto é da maior importância e deve ser debatido, porque o Paraná vem sendo totalmente marginalizado pelo Governo Federal. Por isto, surpreendo-me quando vejo que nesta Casa se propõe um título de Cidadão Honorário Paranaense ao Presidente da República, e agora se o faz também, para com o Ministro da Justiça. Cargos que tradicionalmente pertenceram ao Paraná, na administração federal, foram dados, neste Governo, para outros Estados. O que V. Exa. cita, o IBC, no Paraná, é sem dúvida alguma o responsável por uma imensa contradição no setor de exportação no que se refere ao café e não tem sequer uma Direção, não tem sequer uma representação um cargo de administração no Banco do Brasil, não tem um Ministério, não tem um cargo de chefia em qualquer autarquia, lamentavelmente.

Espero qualquer melhora no tratamento do Governo Federal para com o Paraná, ele se disponha a colocar na alta cúpula da administração federal homens também de nosso Estado; será que o Paraná serve apenas para dar contribuição de impostos, contribuição de arrecadação, para que o Governo Federal construa obras monumentais, sem que ele se lembre de prestigiar o nosso Estado, dando-nos a ocasião de termos, na alta cúpula federal, um representante também.

O Paraná, outrora, era o Estado que se fazia representar junto ao Governo Federal agora é o Governo Federal, que se faz representar dentro do Estado — a partir do próprio Governador, que é uma escolha do Governo Federal; a partir do Secretário da Fazenda, que também é escolhido por deferência do Governo Federal; a partir do Secretário de Segurança que é uma designação do Governo Federal. E ainda querem dizer que estamos numa Federação! Lamentavelmente, o que estamos vendo parece que é um retorno a um sistema antigo de província, uma intervenção brutal em todos os Estados brasileiros, sendo que o Paraná o caso se afigura mais grave porque aqui a intervenção é feita para tirar tudo do Paraná, sem dar nada ao nosso Estado.

O SR. PAULO POLI — Nobre deputado Sebastião Rodrigues Júnior, agradeço o seu aparte e quero dizer a V. Exa. que é esse exatamente o meu raciocínio, o meu ponto de vista.

Veja, nobre Deputado, uma das grandes falhas no atual regime, de escolha de Governadores pelo método indireto porque não vejo em um Governador escolhido indiretamente, votado indiretamente e escolhido por S. Exa. o Sr. Presidente da República, que este homem tenha condições de exigir para seu Estado aquilo que seu Estado merece. Daí uma grande falha do regime, nobre Deputado, porque entendo que o Governador de Estado não deve chegar aos Ministérios, não deve e não pode chegar aos Ministérios com a espinha curvada, de chapéu na mão. O povo paranaense exige, pela pujança de sua produção, o lugar a que tem direito. Esta a situação do Paraná e esta deveria ser a conduta do Governador; não implorar, não se curvar, mas exigir que se dê condições ao Paraná, como principal produtor de café, a este Estado que representa, que merece, mas a verdade, Sr. Presidente, é que hoje quem governa de direito e de fato este País é o grupo econômico sediado em São Paulo. Esta é uma verdade que entra pela cabeça de qualquer pessoa de instrução mediana. Todo mundo sabe que um poderoso grupo econômico sediado em São Paulo comanda os destinos deste País. É o nosso grande concorrente. Hoje estamos falando no café. Já fiz várias denúncias sobre a menta, infelizmente caiu sobre o vazio. Vemos o que está acontecendo com o algodão no Paraná. A cultura do algodão está se esvaindo, sem estímulo, porque o grande Estado onde reside este poderoso grupo econômico, o grande Estado de São Paulo, que quando tinha em suas divisas o café sabia aproveitar industrializava, tem em mente massacrar seus concorrentes, o que até certo ponto é válido. O que não é válido, é ficarmos de braços cruzados, nós que produzimos café, que produzimos divisas, e o dinheiro arrecadado, colhido aqui no Paraná é distribuído pelo País afora, sem que o Paraná proteste, exija melhores preços a estes agricultores, a estes cafeicultores que são os eternos sacrificados, porque não se dá preço ao café, e o dinheiro ganha através do confisco este dinheiro é distribuído fora de nossas fronteiras, o que é uma grande injustiça. Daí nosso protesto.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Justamente concordo com V. Exa.. É preciso que o Paraná reivindique, proteste. Entretanto, V. Exa. situou muito bem o problema, com muita felicidade. Esta reivindicação, esta exigência deveria ser feita por quem representa o povo paranaense, que é o Governador, mas como teria condições se foi escolhido pelo Governo Federal. Veja V. Exa. o quadro futuro que se delinha para a economia de nosso Estado. O Paraná produtor agrícola por excelência, vai fornecendo este produto ao mercado externo, no mercado externo não existe tributação diferente, então o Paraná que vai se transformando, já é, no segundo produtor do soja do País, encaminha-se para ser o primeiro, não está retirando deste produto os benefícios para a sua economia que deveria retirar, porque o consumo interno é relativamente pouco e o que sobra é levado ao mercado externo, onde nós obtemos a rentabilidade de ICM; por outro lado, também não sei fruto de que, estou ainda estudando este problema, o caso do Porto de Paranaguá, as taxas são superiores ao de Santos. Então, o produto que deveria ser exportado através do Porto de Paranaguá, estão sendo desviados para a exportação através do porto de Santos.

Portanto, de antemão, já hipoteco a V. Exa. a solidariedade do nosso Partido.

Vamos protestar, vamos reivindicar, vamos representar o povo paranaense, porque se ainda algum grau de representatividade existe neste Estado, ele repousa nesta Assembleia. Porque todos os demais órgãos de administração, não pelas pessoas que nele se encontram, mas pela estrutura em que está disposto o Poder deste Estado e nos demais Estados brasileiros, estão na obrigação de ficarem submissos ao plano e à voz do Governo Federal. Era o aparte.

O SR. PAULO POLI — Agradeço mais uma vez o aparte esclarecedor e oportuno do eminente Líder Sebastião Rodrigues. Gostaria de deixar claro aqui, nobre Deputado, que aguardei por muito tempo esta oportunidade, dando chance, dando oportunidade, a que S. Exa. o Sr. Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, restabelecido da intervenção cirúrgica que sofreu, ao comandar novamente a política paranaense, tomasse a atitude que nós estamos tomando hoje desta Tribuna. Mas qual não foi o nobre Deputado e digo aqui alto, em bom som, claramente e pausadamente, que para mim foi uma grande decepção, a reunião, da qual não participei, havida há poucos dias no Palácio Iguaçu, quando S. Exa. lançou um novo plano de ação de Governo do Estado, numa decepção total. Porque deveria ter, principalmente nobre Deputado, neste novo plano de governo, deveria reivindicar aquilo a que nós temos direito. Mas repito, não pedindo de chapéu na mão, curvando-se, exigindo aquilo que o Paraná tem de direito, exigindo de cabeça erguida, porque afinal o Governador é a autoridade máxima, é o representante de todo o povo paranaense, e como tal, deveria exigir do Presidente da República que o Paraná tivesse um tratamento mais à altura do que representa em termos de cruzeiros, em termos de finanças.

O Sr. Antônio Lopes Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado Paulo Poli, em primeiro lugar, quero apresentar os meus parabéns, porque o que V. Exa. traz a Tribuna é um assunto da mais alta importância para o Paraná, para os paranaenses. Justamente no instante em que se pede que o Paraná dobre a sua produção em dois anos, no instante em que pede que o Paraná se compenetre da sua responsabilidade dentro do plano nacional de desenvolvimento, é mister que estes assuntos sejam tratados abertamente. Deveria esta Casa estar toda atenta ao pensamento traduzido em palavras de V. Exa..

Ilustre Deputado Paulo Poli, o grande mal do nosso Estado é a desvinculação do poder político, do poder econômico.

Esta desvinculação é que nos vem acarretando prejuízos formidáveis. Há poucos dias tivemos aqui da Tribuna, a denúncia feita pelo nobre Deputado Rorário Pitelli, a respeito da Bolsa de Mercadorias de São Paulo, que manobra a seu bel prazer, o prego do algodão.

Tivemos há pouco tempo a supressão na diminuição das quotas de banana. Temos a todo o instante estes entraves, para que o Paraná produza, apenas o produto primário, para que não se industrialize, para que vá daqui a soja e nos venha o óleo enlatado. E porisso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que há cinco dias, a imprensa de todo o País, publicou que a Capital aonde o custo de vida é mais elevado é Curitiba. Porque nós exportamos os produtos primários e importamos todos os produtos que consumimos, a começar pela alimentação.

Os porcos, nós vemos aí, diariamente, caminhões que se encaminham para o Estado de São Paulo, levando o porco vivo, e trazendo salame.

Compramos salame do Rio Grande do Sul e de São Paulo. É um absurdo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, e precisamos justamente batalhar, temos que estar unidos. O Poder político tem que estar presente na administração para que reivindique junto às autoridades federais, para que pessoas de fibra, não só de nome, mas com responsabilidade no Estado, estejam presentes na administração para favorecer o Paraná porque assim o fazendo estarão favorecendo o Brasil.

O SR. PAULO POLI — Deputado Antônio Lopes Júnior, agradeço sensibilizado a importante intervenção de V. Exa., que trouxe muita luz a este nosso depoimento. Já conheço de muitos anos V. Exa. e sua luta dentro desta Casa. Portanto, só me resta, sensibilizado, agradecer mais este apoio a este movimento que haveremos de iniciar. Outras pessoas, com maiores condições, assim o fizeram, no entanto, o silêncio foi a resposta; na qualidade de representantes do povo que somos, não iremos silenciar. Denúncias haveremos de fazer.

Assim é que aqui estamos dizendo publicamente que reside em São Paulo um grande grupo econômico cujo objetivo é auferir lucros, ficando o patriotismo, neste caso, em plano secundário. O Paraná é massacrado, sufocado e nós, paranaenses, nós que representamos este povo, esta gente, nós que conhecemos o sacrifício de nosso cafeicultor, a quem defendemos, não podemos silenciar.

Iremos nesta semana para o interior, se possível em algumas emissoras, externar o nosso protesto para que todo o Paraná, para que todo o Brasil saiba que se indiferentismo há, não é por parte desta Casa e de nós outros.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Cheguei quando V. Exa. já estava em fase adiantada do importante pronunciamento que faz, mas, pelo que pude alcançar, diria que V. Exa. aborda assunto dos mais relevantes do Paraná, que é o seu desenvolvimento. Não posso deixar, nesta oportunidade, de externar a minha satisfação ao verificar que um homem do Governo, o Vice-Líder do Governo expende ponto de vista crítico ao próprio Governo. Isto é salutar, é construtivo. Agora, não posso deixar de fazer uma observação neste instante. O Paraná, dados que obtivemos, não vem se desenvolvendo no nível em que se desenvolve o País. Ora, o grupo que dirige o Estado está no Poder há dez anos; praticamente é o mesmo grupo que vem se sucedendo e que se

convencionou chamar de instrumento da Revolução. Os homens da Revolução, uns após outros, enterraram o Paraná, ilustre Deputado. Enterraram o Paraná e agora, quando o povo do Paraná já não suporta mais o fracasso administrativo na condução dos interesses do Estado e na projeção do futuro do Estado, é necessário que se faça um alerta também por parte do Partido de V. Exa.. Congratulo-me com V. Exa. e estou de acordo de que há necessidade de uma tomada de posição, mas não apenas da Posição, como também por parte dos homens do Governo.

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Ivo Tomazoni)

O SR. PAULO POLI — Nobre Deputado Nivaldo Krüger, em parte concordo com V. Exa. — digo em parte porque alguns dos governos da Revolução fizeram com que paranaenses representassem o Paraná, tanto no IBC, como no Ministério da Agricultura.

Essa ressalva que faço é apenas para fazer justiça a quem de direito. E outra coisa, nobre Deputado, que, neste instante, gostaria de esclarecer à Imprensa e à Casa que nós, no Governo passado, ocupamos o cargo de vice-Líder do Governo, eis que, quando da saída do Sr. Haroldo Leon Peres do Governo, embora um convite que nos foi feito, achamos por bem não aceitar essa incumbência, honrosa aliás, sendo reconduzido apenas o nobre Deputado João Mansur. O mesmo aconteceu com o nobre Deputado Armando Queiroz que também fora vice-Líder, no Governo passado, e ambos, sem que tivesse havido entendimento de nossa parte, entendemos que não devíamos permanecer na liderança do Governo.

Erão estes os esclarecimentos que gostaríamos de fazer a V. Exa., não obstante sermos solidários ao nosso Líder, Deputado João Mansur, a quem sempre enalteçemos desta Tribuna, aceitamos a sua liderança, mas a não aceitação da liderança era justamente para que, num momento como este, de hoje, pudéssemos vir, aqui nesta Tribuna, como simples Deputado, trazer nossa divergência, nossa discordância, com referência a certos assuntos.

O Sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). O meu aparte, nobre Deputado, sem querer entrar no assunto de V. Exa., mas diz respeito à primeira fase do importante pronunciamento que V. Exa. volta a fazer, dessa Tribuna, no tocante a influência de grupos econômicos dentro do País e que estão estendendo — por assim dizer — as suas garras, com endereço certo, na economia do Estado do Paraná. É realmente uma denúncia das mais graves a que V. Exa. faz, e nós sabemos que todo o povo do Paraná sabe o que está acontecendo.

Porisso, consideramos muito importante essa denúncia que V. Exa. faz com referência à economia cafeeira. Porque, depois do inverno, a ferrugem se alastrará ainda mais. E talvez não haja, no Norte do Paraná, uma plantação que não tenha início de ferrugem em seus cafeeiros. E aqueles lavradores que vinham se mantendo deficitariamente, com a ferrugem a situação se agravará ainda mais.

E o ponto do pronunciamento de V. Exa. que gostaríamos de frisar e que julgamos muito importante, e que V. Exa. focalizou com grande propriedade e constitui mesmo o movimento básico do MDB. Embora V. Exa. não pertença ao nosso Partido o pensamento de V. Exa. está em sintonia com o nosso. Estamos ligados a essa denúncia que diz respeito à censura da imprensa. Porque, nobre Deputado, mesmo V. Exa., com todas as garantias constitucionais que tem, sente dificuldade em traduzir com palavras o que realmente sente. E isso é uma consequência do amordaçamento da imprensa, a influência que esses grupos exercem, ou estão procurando exercer, porque sabem que dificilmente serão denunciados, a não ser através de atitudes corajosas como a de V. Exa.. E aquilo que puder ser feito aqui, aquilo que puder ser traduzido aqui, a nossa imprensa, também corajosa como é, dará publicidade e levará ao conhecimento do poder constituído do País. Porque existe nisso tudo, acredito eu, um problema de grande gravidade, porque poderá envolver, inclusive, essa influência de grupos econômicos, ligações desastrosas, com elementos de alta influência na administração do País. É o aparte que tomo a liberdade de dar ao pronunciamento de V. Exa., no sentido de prestar uma modesta colaboração.

O SR. PAULO POLI — Agradeço ao nobre Deputado a maneira objetiva e clara com que aborda com tanta coragem, porque não, repito, esse delicado problema.

V. Exa. abordou a parte mais delicada do problema que venho expondo desta Tribuna. Veja, nobre Deputado Muggiati Filho, a desigualdade do massacre que sofre o Paraná, no que tange à taxa do ICM. A maior parte dos produtos principalmente produtos agrícolas, que o Paraná produz, maliciosamente são isentos e, então, convergem, na sua maioria, para o Estado de São Paulo, o grande Estado vizinho, onde atuam esses grupos econômicos e para satisfazer-se a sanha econômica desses maus brasileiros, e voltarem para cá, como disse o nobre Deputado Lopes Junior, já tributados, porque uma vez industrializados, esses produtos geram divisas para o Estado de São Paulo o que não é correto, não é leal. O certo seria, nobre Deputado, que se nós quiséssemos, se o Governo não sofresse a coação desses grupos econômicos, o certo seria, isso sim, que para os produtos consumidos no respectivo Estado, ali fosse recolhido o ICM.

Por exemplo, quanto o Paraná consome de automóveis; o ICM correspondente a esse produto deveria ser pago ao Paraná, o ICM deveria ser pago no Estado onde vai ser comercializado, sem prejuízo, no entanto, para o Estado produtor da matéria prima.

O sr. Rosário Pitelli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, agradecemos a permissão que V. Exa. nos concede para apartar-lo e queremos, neste instante, traduzir a nossa satisfação por ver que V. Exa., com tanta felicidade e brilho de fende essa tese, que há, mais cedo ou mais tarde, de virar, porque nossos agricultores merecem o apoio incondicional do Poder Federal.

Realmente, o Paraná atravessa essa situação difícil pela falta natural de elementos representativos na alta esfera, principalmente elementos da lavoura.

Há poucos dias fizemos desta Tribuna uma denúncia a respeito da baixa de cotação do algodão. Este produto vem, seguidamente, recebendo baixas através da Bolsa de Mercadorias de São Paulo, que vem funcionando com um número reduzido de membros, não espelhando, realmente, a cotação ideal para o produto. Se não me falha a memória a Bolsa de Mercadorias, no que se refere à cotação do algodão, é composta de apenas sete membros, os quais recebem a influência, infelizmente, direta dos grandes interessados, dos exportadores que preferem que o algodão baixe durante a safra, durante a época em que os agricultores vão fechar seus negócios, para depois de realizadas as vendas, receber o produto altas sucessivas em seu preço.

Isto vem trazendo uma diminuição na produção do algodão. Se tivermos uma boa colheita este ano será pelo bom tempo reinante na área de produção. Para o ano que vem, em razão de seu baixo preço, teremos outra dimi-

nuição e acabará o Paraná por perder a sua quase liderança na produção do algodão.

Com relação ao café V. Exa. tem toda a razão. O desestímulo de preço faz com que não se faça mais novas plantações. Além disto há o problema da ferrugem com a qual, inevitavelmente, teremos que conviver. Ela a ferrugem, está alastrada por todo o nosso Estado. Não existe hoje em nosso Paraná, nenhuma cidade onde não se encontre esta praga.

Relativamente aos incentivos acho que o Paraná deve ter o mesmo privilégio dos demais Estados do Brasil.

O discurso de V. Exa. merece todo o apoio desta Casa e uma série de pronunciamentos neste sentido devem ser feitos para que possamos conseguir aquele objetivo que V. Exa. deseja.

O SR. PAULO POLI — V. Exa. é um grande conhecedor deste assunto. Há mais de vinte anos o conheiro nesta luta como cafeicultor, como agricultor, como comerciante, como homem que sempre lutou para produzir divisas neste Estado.

Portanto, é muito importante o seu aparte porque V. Exa. tem, efetivamente, bagagem para tal.

Apenas, gostaria de deixar bem claro que não me queixei do estímulo, do incentivo no que tange ao replantio de café em nosso Estado. Disse e repito — é uma política errada. O IBC deveria dar melhores preços aos produtores porque o dinheiro que o Governo consegue através do confisco, com divisas, com dinheiro arrancado principalmente do Paraná, está financiando todo o Brasil. Se o Governo quer estimular que o faça, porém através de melhores preços porque ninguém melhor que o próprio cafeicultor para receber estímulo. Com preços condizentes o cafeicultor teria condições de combater a ferrugem com a qual como disse V. Exa., temos que conviver. A ferrugem além de ter atingido todos os Municípios do Paraná, como V. Exa. bem sátiou, já ultrapassou as fronteiras do Paraná, já está hoje no vizinho País, o Paraguai, atingindo a sua cafeicultura. Portanto, é um flagelo que aí está desafiando toda uma Nação, que numa política mal orientada admite o sacrifício da atual cafeicultura criada com tanta luta, tanto sacrifício, principalmente dos pequenos cafeicultores. Daí, nobre Deputado, o nosso protesto a essa orientação. Estímulo, repito, só entendo que se deva dar, através de preços mais condizentes, eliminando parcial ou por completo este confisco odioso que, num momento delicado e crítico, se impõe ao cafeicultor.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado o meu aparte é somente para colaborar com o que afirma V. Exa., neste instante. Eu não entendo de economia cafeeira, estou desvinculado desta área. Tenho a informar a V. Exa., neste instante, que está se financiando o cultivo do café muito abaixo do paralelo adequado à cultura do café, muito abaixo, nas proximidades do Município de Guarapuava, numa altitude inadequada onde o gelo atinge, sistematicamente, anualmente, através de geadas constantes. E aí, nesta semana passada foi um técnico do IBC autorizar um projeto para uma empresa de fora do Paraná, que deve ter levantado alguns bilhões deste dinheiro suado, sofrido, arrancado que é, do pequeno produtor, para entregar a grandes grupos que lucrarão hoje extraordinariamente, jogando café pela metade do custo que o IBC financia, para, amanhã, recebê-lo como café-geado. Isto é um grande escândalo que nós estamos vivendo e assistindo, e é necessário que não assistamos passivamente esta barbaridade, este crime que permite o Governo, se pratique no Estado do Paraná.

No Município vizinho de Pitanga e de Palmítal, já aqui nas margens, cá em cima, quase nas margens do Rio Cantú e nas proximidades do Município de Guarapuava, está se procedendo desta forma e o prejuízo será total. Conhecemos a região, é uma região de geadas sistemáticas. Por que se procede desta forma? Será que não se coibiu a corrupção, ou será que se acoberta a corrupção através do oficialismo? Será que se acoberta a corrupção através de um sistema muito mais aperfeiçoado?

— É a pergunta que precisa ser formulada, nobre Deputado.

Mais uma vez solidarizo-me com V. Exa., especialmente nesse tópico relativo ao mau emprego do dinheiro subtraído através do confisco cambial.

O SR. PAULO POLI — V. Exa., embora confesse não conhecer a cafeicultura, aborda com muita propriedade este delicado problema, usando a palavra "escândalo".

O que se ouve aí pelas esquinas, em gíria popular, nobre Deputado, é "chucho", é "marmelo". É isto o que está acontecendo. Estão pegando dinheiro do IBC, do Banco do Brasil, do Banco do Estado, plantando café onde se sabe que não dá, para depois entregar ao Governo! Isto é uma barbaridade, nobre Deputado, e é por isto que nós estamos aqui protestando sobre esta política mal orientada do IBC. O IBC, quando sai em suas conferências pelo mundo afora, escandaliza todo o mundo, porque o IBC, este órgão que representa a cafeicultura no Brasil, é que leva as maiores comitivas; nem quadro de futebol não leva comitiva, nem ninguém nunca gastou tanto quanto se gasta nestas delegações do IBC, quando vai se discutir assunto do café. É o "marmelo" é o "chucho" oficializado, em termos parlamentares, o escândalo que aí está, como bem abordou V. Exa.

Se o Governo devolvesse esse dinheiro ao cafeicultor, ele iria aplicar o seu dinheiro, a sua economia, ele não iria plantar café em Pitanga. Quero dizer aqui, que sou um dos primeiros cafeicultores de Campo Mourão, sobrevoei, como piloto que fui e ainda sou, toda aquela região, e sei, pelo tipo de vegetação após as ocorrências de geadas, com o altímetro que o avião naturalmente possui como aparelho de segurança, sei aonde se pode produzir café e onde não se pode.

Nesta região que V. Exa. está citando, é verdadeira marmelada oficializada, é um escândalo porque o cidadão sabe que não vai colher, e o Governo que está financiando sabe também que não vai colher, então, nós aguardamos o tempo necessário e vamos continuar com uma série de pronunciamentos que culminará com Requerimento de nossa autoria a quem de direito, fazendo esta denúncia a toda a Pátria, ao Brasil, para que amanhã não se diga que o Paraná é um Estado inadequado para a cultura do café; o Paraná é lugar adequado, próprio, desde que se saiba escolher onde e como plantar.

O Sr. Rosário Pitelli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Paulo Poli, a denúncia feita pelo nobre Deputado Nivaldo Krüger também tem um grande fundamento. Não se trata propriamente de um truque mas é verdadeira e é conhecida em todo o interior do Estado. A grande indústria do café e isto constitui uma vergonha para nós paranaenses de coração, ao ver que elementos oriundos de todas as partes vêm para cá na ansia e na ganância de comprar terras fora do limite previsto para o plantio do café, o que fará com que o dinheiro obtido no financiamento, pague a sua propriedade e vá gozar de um futuro eventual por ocorrer ou não geada. A terra teve seu valor multiplicado três ou quatro

vêzes a mais, que assiste ao plantador de café o benefício oriundo desta nova orientação do Governo Federal, através do IBC. De forma que esta denúncia feita hoje nesta Assembleia, é importante e deverá ser levada a bom termo, para que tenhamos em prazo bem curto, a diminuição desta verdadeira indústria que se implantou em nossas terras. Quero mais uma vez congratular-me com V. Exa. pela maneira clara e objetiva com que abordou este assunto e a certeza que do seu pronunciamento virão resultados favoráveis que todos nós esperamos.

O SR. PAULO POLI — Peço escusas por não ter oferecido o aparte a V. Exa. o que o faço com prazer neste momento, nobre Deputado.

O Sr. Lázaro Dumont — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Primeiro os nossos agradecimentos pelo aparte. Não vamos nos alongar porque o tempo já está esgotado. Apenas gostaria de frisar o seguinte: Quando se pensa em café, muita gente pensa que café ainda hoje é produzido por grupos como Lunardelli e outros, quando na verdade existem outros grupos, o mesmo acontecendo quando se pensa em outros produtos, como quando se trata de algodão se pensasse na Samba, etc. Quem produz o rami, o algodão são alguns fazendeiros, meeiros e parceiros porque o que falta nas nossas autoridades é olhar com um pouquinho mais de carinho o problema agrícola de nosso Estado. Recentemente nós tivemos aqui vários Deputados que usaram da Tribuna e mesmo hoje em apartes, defendendo ou criticando o problema da posse de terras em nosso Estado como foi dito agora há pouco, e recentemente Deputados criticaram pedindo solução para os problemas do algodão, do rami, da menta. V. Exa. e outros Deputados abordaram o problema angustiante do café que é o nosso principal produto e o principal produtor de divisas no Brasil. Também uma das coisas, eu digo coisas porque, infelizmente é tratado como "coisa".

Coisas não têm valor nenhum para estas pessoas que dirigem os destinos da agricultura em nosso País. O que menos tem valor é o homem, o que menos tem valor é a família. Portanto, eles se esquecem que por traz da região cafeeira do Paraná, mais de dois milhões de pessoas, de almas angustiadas, sofridas, que, inclusive, estão necessitando de amparo, que atrás das pequenas regiões que produz o algodão em nosso Estado, mas que por pequena que seja, ela eleva o nosso Estado ao segundo produtor do País.

Existe também milhares de pessoas angustiadas como aquelas do café, no rami, no algodão, no problema de terras, o que nos leva a pensar, nobre Deputado, é que lamentavelmente existe um complo muito em montado contra o Paraná, isto é verdade.

Porque em quase todos os assuntos, em quase tudo que se produz neste Estado, o que nós notamos, é uma verdadeira perseguição. O próprio cancro cítrico em nossos pomares, e eu vou mais além, já que me vem à memória o cancro cítrico, se o nosso agricultor, o cafeicultor pode ou deve conviver com a ferrugem, não porque existe realmente a ferrugem, mas porque ele não tem condições de combatê-la, porque não tem condições de combater a ferrugem porque já vai conviver com ela, porque se nós poderemos também viver do cancro cítrico, ele existe nas nossas frutas, onde o Paraná praticamente só produz para o consumo interno para os seus próprios filhos.

Mas existem as grandes indústrias dos Estados vizinhos, elas procuram acabar com os nossos pomares, que barbaramente há mais de dez anos estão acabando com eles.

Eu não entendo, numa ação imediata, numa ação efetiva, para que se possa em pouco tempo erradicar os nossos pomares, para possuímos pomares realmente produtivos, que isso não interesse a determinados grupos.

Na próxima quinta-feira, dia 22, deverá estar aqui em visita a Curitiba, a convite do CEAGRI (Conselho de Agricultura) creio que pouca gente conhece o CEAGRI que é um Conselho de Agricultura.

O que nós temos também uma participação. Estará aqui o Dr. José Maria Sebastião Jorge, Diretor do IBC, a convite do CEAGRI, para dizer a este Conselho o que vem se fazendo realmente de efetivo no nosso Estado com respeito à cafeicultura. Eu poderia até sugerir, se fosse o caso, de que se convidasse este alto mentor do Instituto Brasileiro do Café, que talvez viesse a esta Casa, expor ou pelo menos se justificar.

De antenão, temos certeza do que o Sr. José Maria vai dizer a nós agora. Temos plena certeza, das desculpas que ele nos vai apresentar, porque quando o IBC vivia mandando na cafeicultura, quando o IBC vivia mandando na economia da cafeicultura do Paraná, o que fez com que esta mesma cafeicultura fosse abaixo, descesse, ele era o primeiro a defender o café.

Hoje, o cafeicultor necessita do Instituto Brasileiro do Café, necessita daquele imposto do café que ele tanto contribuiu e há tantos anos vem contribuindo, que volte o café, que venha de volta em defesa deste mesmo café, que como o Estado do Paraná, nenhum outro poderá produzir neste País.

Mas lamentavelmente, nobre Deputado, eles não vêm.

E o que nós vimos disso tudo é esta consequência lamentável por este Paraná agora. A cidade se proliferando cada vez mais em favelas. Os nossos trabalhadores rurais, cada vez mais, indo mendigar nas nossas cidades. Os nossos filhos, os filhos do trabalhador rural estudando, mas não numa Faculdade, estudando aí palavrões, pra assassino.

As filhas dos trabalhadores rurais vindo para as cidades e se transformando em verdadeiras prostitutas, porque o nosso Governo aí em que está virculada a nossa agricultura, de maneira nenhuma, dá assistência a estes mesmos lavradores, seja do cafeicultor, seja do rami, seja do algodão ou seja da menta.

Portanto, nobre Deputado, eu louvo aqui a atitude de V. Exa. de trazer este problema a esta Casa e nos dar inclusive condições de desabafo nesta hora para nós tão angustiante.

O SR. PAULO POLI — Nobre Deputado Lázaro Dumont, V. Exa., com muita propriedade e como profundo conhecedor, aborda o grande problema social que advirá fatalmente desta política errada adotada pelo IBC no que tange ao estímulo a novas culturas de café, onde o Governo dá, nada mais nada mais do que o dobro do valor do que se gastaria para a plantação do café. Claro que qualquer cidadão que pretenda ganhar dinheiro tem, hoje, nisto, um bom negócio.

Eu, como conhecedor da cafeicultura, como um dos primeiros cafeicultores de Campo Mourão, não faria esta aventura de plantar café em Pitanga, como disse o Deputado Nivaldo Krüger porque minha consciência, como cafeicultor, assim não o permitiria. Mas escrículos não existem e é verdade que este é, hoje, um grande negócio. Esbanja-se o dinheiro arrancado do pequeno agricultor...

O Sr. Pinto Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Quero solidarizar-me com seu pronunciamento e afirmo que estou de pleno acordo com a totalidade das afirmações que V. Exa. faz da Tribuna nesta tarde. Há uma estranheza total. Não há quem compreenda esta

política de novas culturas de café nesta região de Pitanga e do Vale do Piquiri. É muito difícil aqueles que conhecem este tipo de cultura, aqueles que têm vivência com o café, apesar do financiamento ser bom, aceitar este financiamento naquela área. Entretanto, os que não a conhecem bem, aceitam e não se sabe por que. Não concordo com a totalidade das palavras do Deputado Lázaro Dumont, porque o Governo Federal não tem esquecido a agricultura; em sua totalidade, o Governo Federal tem procurado atender o homem do campo. Minha atividade privada tem sido ligada à terra e não há outra atividade e confesso que nesta geração, de todos os Governos que por lá passaram, este que aí está é o que mais tem se preocupado com o homem da agricultura. Então a nossa estranheza é com relação à política de novas culturas em regiões que não servem para produzir café e que jamais irão produzir. Não adianta, e em Pitanga um cafeicultor não ir; nem tirar a árvore da cova porque o clima ali não o permite. Seja qual for a campanha que V. Exa. ir; fazer contra este crime que se está fazendo naquela área, quero dizer que terá minha solidariedade. Participarei, com entusiasmo, neste Estado e fora dele para que as autoridades mais responsáveis tenham conhecimento desta barbaridade que se está cometendo nesta região, como V. Exa. afirma, não acredito que o Sr. Presidente da República tenha conhecimento real do que se está fazendo.

Não acredito que os Ministros da Agricultura e da Fazenda, que são os responsáveis por esses acontecimentos, tenham conhecimento. Entretanto, repudio a atitude dos técnicos que assinam os laudos, dando condições a que aquelas regiões sejam beneficiadas. Considero isso um crime bárbaro.

Errei estas as considerações que gostaria de fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência lamenta, sinceramente, a comunicação de que falta apenas um minuto para V. Exa. concluir seu pronunciamento.

O SR. PAULO POLI — Nobre Deputado Pinto Dias, pretendia me estender mais com o que ocorre na CAFÉ DO PARANÁ, com esse odioso monopólio de sementes. Mas, atendendo o Regimento Interno e atento ao alerta que me foi feito pelo Sr. Presidente desta Casa, quero deixar aqui meu protesto e meu alerta. Porque, como V. Exa. frisou, a única maneira de estimularmos a cafeicultura é dando preços bons ao café. Não há outra forma, nobre Deputado. E, nesse sentido, nós vamos lutar, com unhas e dentes, desta Tribuna.

Apenas desejo fazer uma ressalva ao aparte de V. Exa.: acredito que somente S. Exa. o Senhor Presidente da República não tenha conhecimento disso. V. Exa. estendeu seu crédito aos dois Ministros. Mas eu fico apenas com o Senhor Presidente da República, porque não sei se os Ministros não estão envolvidos nessa trama.

Portanto, a ressalva única que faço é com relação a S. Exa. o Senhor Presidente da República, que está de boa fé, quanto aos demais, levanto as minhas dúvidas.

Era so, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 291-70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que cria a Escola Normal de Diamante do Norte, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 224-71, de autoria do Dep. João Boiko e Ana Boiko, residentes em Colônia Retiro, Município de Mandirituba. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — COM SUBSTITUTIVO — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado pelo substitutivo.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 6-72, de autoria do Dep. Lázaro Dumont, que declara de Utilidade Pública a Fundação de Educação e Cultura Espírita do Paraná, com sede nesta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 42-72, de autoria do Dep. Antonio Franco Ferreira da Costa, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação, da cidade de Ponta Grossa. — Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 59-72, de autoria do Poder Executivo — Ofício n.º 66-72, referente a Mensagem n.º 49-71, cria o Fundo do Desenvolvimento Rural e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — EM REGIME DE URGÊNCIA.

O SR. NIVALDO KRUGER — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a retirada da pauta, por três sessões, do Projeto 59-72.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência vai ler a V. Exa. o parágrafo único do artigo 177. (Lê) “os projetos de prorrogação ou de adiamento da sessão legislativa, os vetados e os considerados urgentes, não admitem adiamento de votação”.

Este Projeto de lei n.º 59-72 encontra-se em regime de urgência, aprovado por este Plenário, razão pela qual esta Presidência lamenta, mas não pode acolher o pedido de V. Exa.

O SR. NIVALDO KRUGER — Não há como adiar a discussão regimentalmente?

O SR. PRESIDENTE — Para conhecimento de V. Exa., o artigo 177 e seu parágrafo único dizem o seguinte:

“Durante a discussão de uma proposição qualquer Deputado poderá requerer o adiamento de sua votação e só será concedido pelo prazo previamente fixado”, o que seria o caso.

§ único — os projetos de prorrogação ou adiamento das sessões legislativas, os vetados e os considerados urgentes”, — e — é este o caso — “não admitir adiamento de votação”.

O Projeto de Lei n.º 59-72 encontra-se em regime de urgência, com requerimento aprovado por este Plenário, razão pela qual, com fundamento no parágrafo único do artigo 177, esta Presidência não pode acolher o requerimento de adiamento de votação.

O SR. NIVALDO KRUGER — O objetivo do meu requerimento prende-se ao fato de termos uma emenda, que reputo de grande importância para

este projeto. Reconheço a importância, também do projeto, e queríamos ampliar seu campo de influência na zona rural. Temos a emenda pronta, mas não está conosco, para fazer a apresentação e não queríamos perder a oportunidade de apresentá-la.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência informa ao Deputado que o artigo 178, quem sabe, se o Plenário anuir, abre uma válvula. “O adiamento de votação para audiência de determinada comissão só será submetido à Assembleia quando houver relação direta e imediata entre a proposição e a competência da Comissão”. A não ser que o Plenário decida que esta matéria deve merecer audiência de determinada Comissão. Mas a Presidência teria que submeter o requerimento de V. Exa.

O SR. NIVALDO KRUGER — Agradeço a informação de V. Exa. e sua colaboração e proponho um requerimento no sentido de que o projeto volte à Comissão de Agricultura, que é a Comissão Técnica a que o projeto deve ser submetido, por se tratar de problema relacionado com a agricultura.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência consulta a Liderança da ARENA, dado que o Presidente da Comissão de Agricultura é membro dessa Bancada: se o Sr. Deputado Presidente da Comissão está em Plenário?

O SR. NIVALDO KRUGER — (Pela ordem) Sr. Presidente, gostaria de dar mais uma explicação. O objetivo do meu requerimento, não é obstar a tramitação do projeto, mas oferecer uma contribuição no sentido de aperfeiçoá-lo e ampliar seu raio de ação, tendo em vista os interesses dos agricultores paranaenses.

O SR. JOÃO MANSUR — (Pela ordem) Sr. Presidente, consulto a V. Exa. da possibilidade desse projeto ser remetido à Comissão de Agricultura.

O SR. PRESIDENTE — Regimentalmente, qualquer membro da Comissão de Agricultura poderá requerer o envio da matéria àquela Comissão, para maiores estudos.

A Presidência está providenciando o conhecimento os Srs. membros da aludida Comissão.

Esta Presidência solicita ao Sr. deputado Nivaldo Kruger que encaminhe o requerimento por escrito à Mesa, solicitando o adiamento da discussão e consequentemente retirada do Projeto da Ordem do Dia, o qual poderá ter apoio de qualquer membro da Comissão de Agricultura.

Os membros efetivos da Comissão de Agricultura são os srs. deputados Hélio Manfrinato, Francisco Escorsin e Antonio Maciel.

Por quantas sessões, esta Presidência consulta, o Sr. Deputado Nivaldo Kruger solicita o adiamento da discussão.

O SR. NIVALDO KRUGER — Por três sessões.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão o requerimento de autoria do sr. Deputado Nivaldo Kruger, com apoio do Sr. Deputado Francisco Escorsin, membro da Comissão de Agricultura, solicitando a retirada do Projeto da Ordem do Dia por três sessões. Encerrada a discussão. Em votação. — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 60-72, de autoria do Poder Executivo — Ofício n.º 66-72, referente a Mensagem n.º 49-71, estabelece a Cota de Ocupação de Terras Devolutas e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 244-70, de autoria do Sr. Deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal de Grau Colegial em Adrianópolis. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. Ao referido Projeto foi apresentada emenda de Plenário. Encerrada a discussão do Projeto. Em votação. — **Aprovado.** Em discussão a emenda, que é a seguinte: (Lendo):

Emenda n.º 1 — Ao Projeto n.º 244-70.

Acrescente-se onde couber:

Art. ... — O artigo 46 da Lei n.º 4.544, de 31 de janeiro de 1962, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 46 — As aulas suplementares são de cunho eventual ou esporádico e corresponderão obrigatoriamente ao exercício de magistério, frequência ou ensino em cursos de interesses da Secretaria de Educação e Cultura”.

Art. ... — O artigo 11 da Lei n.º 4.697, de 28 de fevereiro de 1953, pas a também a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11 — A remuneração por aulas suplementares não será devida durante o afastamento do professor, exceto quando em férias, licença prêmio, licença para tratamento de saúde, frequência ou ensino em cursos de interesse da Secretaria da Educação e Cultura, desde que haja, em cada caso específico prévia e expressa autorização do Titular da Pasta”.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1972.

(a) — João Mansur.

JUSTIFICATIVA:

Objetivam as emendas em epigrafe modificar as redações dos artigos 46 da Lei n.º 4.544-62 e 11 da Lei n.º 4.697-63, que dispõem sobre o pagamento das aulas suplementares devidas aos professores do magistério estadual.

As modificações ora sugeridas visam impedir que os professores efetivos ou suplementaristas deixem de receber as aulas suplementares para as quais estejam designados, quando forem inscritos em cursos de interesse da Secretaria da Educação e Cultura ou neles passem a ministrar aulas.

Atualmente, por exemplo, vários dos aludidos professores foram selecionados pela Equipe Estadual do Premem — Paraná, para realizar o curso de reciclagem e o curso para pessoal técnico administrativo, ambos necessários à implantação de Escola Polivalente Modelo de Curitiba, mas, como é natural, mostram-se apreensivos quanto ao pagamento daquela remuneração, por inexistir dispositivo que regule explicitamente a matéria.

Convém esclarecer ainda que a concessão do pagamento das aulas suplementares, na hipótese que serve de objeto à modificação, dependerá sempre de ato prévio do Secretário da Educação e Cultura, o qual, a seu critério, autorizará ou não a mesma concessão.

A providência solicitada é, assim, de alto interesse da Secretaria da Educação, a fim de possibilitar o treinamento e retreinamento de professores, com a execução da Reforma do Ensino, determinada pela Lei Federal n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971.

Em discussão a emenda que acaba de ser lida. Encerrada a discussão. Em votação. — **Aprovada.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 49-72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 14-72, encaminhando anteprojeto de lei que abre crédito especial de Cr\$ 1.516.290,00 (Um Milhão Quinhentos e dezesseis Mil, Duzentos e Noventa Cruzeiros), à Secretaria de Estado dos Negócios dos Transportes — Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina — A.P.

P.A., para despesas com execução da Lei n. 6.249, de 10 de novembro de 1971. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a Discussão — do Projeto de Resolução n. 10-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. — ex-Proposição n. 105-72, aprova os termos do acordo firmado entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, celebrado em 13 de outubro de 1971, e destinado à realização do censo de recursos humanos do pessoal componente da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e das entidades a ela vinculadas. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Resolução n. 11-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n. 106-72 — aprova o Termo de acordo n. 23-71, celebrado em 13 de outubro de 1971, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, destinado à realização do "Curso de Administração de Serviços de Saúde. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado artigo por artigo.**

1.a Discussão — do Projeto de Resolução n. 12-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n. 107-72, aprova o termo do acordo n. 24-71, celebrado em 13.10.71, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, destinado à realização do "1.º Curso de Auxiliares de Estatísticas de Saúde e Registro Hospitalares". — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

Comissão de Constituição e Justiça
PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 12-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o termo do ACORDO n. 24-71, celebrado em 13 de outubro de 1971, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, — destinado à realização do "I Curso de Auxiliares de Estatísticas de Saúde e Registros Hospitalares".

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24.5.72.

aa) Armando Queiroz — Presidente
Candido M. de Oliveira — Relator.

MENSAGEM 12-72

PROPOSIÇÃO N. 107-72

Curitiba, 17 de abril de 1972.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Acordo n. 24-71, celebrado em 13 de outubro de 1971, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — destinado à realização do "I Curso de Auxiliares de Estatísticas de Saúde e Registros Hospitalares".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Wilson Figueiredo Fortes

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/Capital.

ACORDO N. 24-71

Termo de Acordo celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — e o Governo do Estado do Paraná.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — Autarquia Federal criada pelo Decreto-Lei n. 301, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo artigo 20 da Lei n. 5385, de 1.º de dezembro de 1967, pelo Decreto-Lei n. 576, de 08 de maio de 1969, e pelo Decreto-Lei n. 840, de 08 de setembro de 1969, neste ato representada por seu Superintendente, o Engenheiro Paulo Afonso de Freitas Meiro, ao final assinado na forma do artigo 15 do citado Decreto-Lei n. 301, doravante designada simplesmente "SUDESUL" e o Governo do Estado do Paraná, neste ato representado por Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, Doutor Haroldo Leon Peres, também ao final assinado, doravante designado simplesmente "Governo", tem justo, certo e combinado a celebração do presente Acordo, o que fazem sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: — O presente ACORDO visa a realização do "I Curso de Auxiliares de Estatísticas de Saúde e Registros Hospitalares" pelo "Governo", através da Escola de Saúde Pública de sua Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública de acordo com o plano de aplicação e as especificações constantes do processo protocolado na "SUDESUL" sob n. 4272-71, em 12 de julho de 1971, os quais fazem parte integrante deste independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA: — A "SUDESUL" contribuirá para a execução do acordado neste ato com a importância de Cr\$ 54.185,56 (cinquenta e quatro mil, cento e oitenta e cinco cruzeiros e cinquenta e seis centavos), empenhada sob n.s 727 e 728, em 27 de agosto de 1971, cuja despesa correrá à conta do Orçamento-Programa de 1971, classificada como segue. **PROGRAMA:** Saúde e Saneamento; **SUBPROGRAMA:** Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal; **PROJETO:** 15.03.1.024 — Capacitação de Pessoal para a Saúde; **PROJETO ESPECÍFICO:** "I Curso de Auxiliares de Estatísticas de Saúde e Registros Hospitalares"; **CODIGO:** 3.1.3.0 — Serviços de Terceiros: Cr\$ 14.944,40, 4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial: Cr\$ 39.241,16 — **TOTAL:** Cr\$ 54.185,56.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: — O pagamento da importância mencionada nesta Cláusula e referente à Contribuição da "SUDESUL" será feito de uma só vez, após a assinatura do presente ACORDO.

PARÁGRAFO SEGUNDO: — Toda e qualquer despesa que exceder, na execução do acordado neste ato, à contribuição da "SUDESUL", correrá por conta do "GOVERNO".

PARÁGRAFO TERCEIRO: — A importância recebida pelo "GOVERNO", será obrigatoriamente, depositada no Banco do Brasil S.A., em conta vinculada.

PARÁGRAFO QUARTO: — Após a assinatura do presente ACORDO, para o "GOVERNO" habilitar-se ao recebimento da contribuição a que se refere esta Cláusula, compromete-se a pagar à "SUDESUL" o seguinte:

a) — Cr\$ 541,86 (Quinhentos e quarenta e um cruzeiros e oitenta e seis centavos) para custeio das despesas de fiscalização a ser feita pela "SUDESUL".

b) — custo da publicação do presente ACORDO no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul.

PARÁGRAFO QUINTO: — A prestação de contas do "GOVERNO" será feita dentro do prazo de (5 cinco) meses a contar da data do pagamento da contribuição da "SUDESUL" referida nesta Cláusula, com os documentos originais correspondentes e organizada em forma contábil, observando as exigências do Código de Contabilidade Pública, acompanhada de demonstrativos, balancetes e outras peças próprias, tudo de acordo com os modelos e instruções apresentados pela "SUDESUL".

PARÁGRAFO SEXTO: — O saldo dos recursos mencionados nesta Cláusula, porventura inaplicados, reverterá aos cofres da "SUDESUL" por ocasião da prestação de contas.

CLÁUSULA TERCEIRA: — O "GOVERNO" obriga-se a concluir o Curso de que trata este ACORDO, dentro do prazo de 3 (três) meses, contados da data do pagamento da contribuição da "SUDESUL", mencionada na Cláusula anterior.

PARÁGRAFO ÚNICO: — O prazo supra referido poderá ser prorrogado no caso de surgirem motivos de força maior, devidamente comprovado, por solicitação prévia e expressa do "GOVERNO" e com o consentimento da "SUDESUL".

CLÁUSULA QUARTA: — O "GOVERNO", em contrapartida do presente ACORDO, compromete-se a arcar com as despesas referentes a taxas e material escolar dos alunos do Curso objeto deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA: — O "GOVERNO" compromete-se, ainda a imprimir em todas as publicações e materiais didáticos que digam respeito ao acordado neste ato, bem como nos certificados de aprovação do Curso mencionado à Cláusula Primeira, os seguintes dizeres: "Ministério do Interior — Acórdão com a SUDESUL", cabendo-lhe também:

a) — apresentar, independentemente da prestação de contas, relatório técnico ou avaliação dos resultados do Curso, contendo o aproveitamento dos alunos do mesmo dentro do prazo de 5 (cinco) meses a contar da data do pagamento referido à Cláusula Segunda;

b) — encaminhar à "SUDESUL", juntamente com o Relatório mencionado na alínea anterior, em 2 (duas) vias, os trabalhos de campo efetuados pelos alunos participantes do Curso.

CLÁUSULA SEXTA: — Na aquisição de equipamentos ou na execução dos serviços, deverá o "GOVERNO" observar as disposições do Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967, artigos 125 "usque" 144.

CLÁUSULA SÉTIMA: — Na execução do presente ACORDO, o "GOVERNO", dará preferência a equipamentos nacionais, somente utilizando materiais estrangeiros quando inexistentes nacionais.

PARÁGRAFO ÚNICO: — O "GOVERNO", pelo seu titular ou por sua delegação, a estará a prestação de serviços de pessoal, técnico ou não, empregado na execução do presente ACORDO.

CLÁUSULA OITAVA: — Fica assegurado à "SUDESUL" o direito de, a qualquer tempo, fiscalizar o andamento da execução do acordo neste ato, independentemente da prestação de contas que o "GOVERNO" está obrigado a apresentar, conforme o estabelecido no Parágrafo Quinto da Cláusula Segunda.

PARÁGRAFO ÚNICO: — Caberá ao Departamento de Recursos Humanos da "SUDESUL", através de sua Divisão de Saúde, a emissão do Laudo Técnico exigido pelo disposto o artigo 29 do Decreto-Lei n. 301 de 28 de fevereiro de 1967.

CLÁUSULA NONA: — A falta de cumprimento de qualquer das Cláusulas e condições aqui estabelecidas, importará na imediata rescisão do presente ACORDO. Se o inadimplemento for imputável ao "GOVERNO", ficará este obrigado a restituir a importância recebida, diretamente aos cofres da "SUDESUL", dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data em que for constatada a infração, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA DÉCIMA: — O período de vigência do presente ACORDO será de 8 (oito) meses, a contar da data do pagamento mencionado no Parágrafo Primeiro da Cláusula Segunda deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: — As partes de comum acordo elegem o foro de Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir qualquer questão fundada no presente ACORDO.

E, por estarem acordos, mandaram que eu, (assinatura ilegível), Chefe da Seção de Convênios lavrasse o presente instrumento em 9 (nove) vias de igual teor e forma datilografado em 6 (seis) laudas, por mim numeradas e rubricadas com a seguinte rubrica:, que depois de lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes acordantes, na presença das testemunhas que também firmam abaixo.

Curitiba, 13 de outubro de 1971.

aa) "SUDESUL" — Engenheiro Paulo Afonso de Freitas Meiro — Superintendente.

"Governo" — Doutor HAROLDO LEON PERES — Governador do Estado do Paraná.

TESTEMUNHAS

assinaturas ilegíveis.

Comissão de Constituição e Justiça

PROPOSIÇÃO N. 107-72

SUMULA: Aprova o termo do Acordo n. 24-71, celebrado em 13 de outubro de 1971, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, destinado à realização do "I Curso de Auxiliares de Estatísticas de Saúde e Registros Hospitalares"

PARECER

O desiderato da presente proposição, oriunda da Mensagem Governamental n. 12-72 é dar conhecimento à esta Casa dos termos do Acordo n. 24-71, celebrado em 13 de outubro de 1971, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, com

vistas à realização do "I Curso de Auxiliares de Estatísticas de Saúde e Registros Hospitalares".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação desta Douta Comissão, está expresso no próprio texto do Acordo.

Enfocado sob o prisma legal e constitucional, a matéria é escoreita. Opino pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 24.5.72.

aa) Armando Queiroz — Presidente
Cândido M. de Oliveira — Relator
Luiz R. Soares
Basílio Zanusso
Maurício Fruet
Erondy Silvério
Ovidio Franzoni.

1.a Discussão — do Projeto de Resolução n. 13-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n. 108-72, aprova em todos os seus termos, o Acordo n. 25-71, de 13.10.71, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, que estuda obtenção do Mapa Pedológico, adotado pela Comissão dos Recursos Naturais (CERENA). Parecer favorável — C.C.J. — Aprovado.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 13-72

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado em todos os seus termos o Acordo n. 25-71, de 13.10.71, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, que prevê estudos para obtenção do Mapa Pedológico adotado pela Comissão dos Recursos Naturais (CERENA).

Art. 2.º — A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente
Luiz Roberto Soares — Relator

PROPOSIÇÃO N. 108-72

MENSAGEM N. 13-72

Curitiba, 17 de abril de 1972.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Acordo n. 25-71, celebrado em 13 de outubro de 1971, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, destinado à realização dos estudos e trabalhos necessários para a identificação, classificação e delimitação das manchas dos solos a fim de se obter o mapa pedológico da área 6 (seis), zoneamento adotado pela Comissão de Estudos dos Recursos Naturais Renováveis do Estado do Paraná — CERENA.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Wilson Figueiredo Fortes

Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

N/Capital.

ACORDO N. 25-71

Termos de ACORDO celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — e o Governo do Estado do Paraná.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, — autarquia federal criada pelo Decreto-lei n. 301, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo artigo 20 da Lei n. 5365, de 1.º de dezembro de 1967, pelo Decreto-Lei n. 576, de 08 de maio de 1969 e pelo Decreto-Lei n. 576, de 08 de maio de 1969 e pelo Decreto-Lei n. 840, de 08 de setembro de 1969, neste ato representada por seu Superintendente, o Engenheiro Paulo Affonso de Freitas Meiro, ao final assinado, e na forma do artigo 15 do citado Decreto-lei n. 301, doravante designada simplesmente "SUDESUL" e, de outro lado, o Governo do Estado do Paraná, neste ato representado por seu Governador, Exmo. Sr. Doutor Haroldo Leon Peres, doravante designado simplesmente "GOVERNO", tem justo, certo e combinado a celebração do presente ACORDO, o que fazem sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: — Objetiva o presente ACORDO a realização dos estudos e trabalhos necessários para a identificação, classificação e delimitação das manchas dos solos a fim de se obter o mapa pedológico da área 6 (seis), zoneamento adotado pela Comissão de Estudos dos Recursos Naturais Renováveis do Estado do Paraná — CERENA, — numa extensão aproximada de 5.580 km² (cinco mil quinhentos e oitenta quilômetros quadrados) de acordo com a matéria constante do Processo protocolado na "SUDESUL", sob o número 4778, em 03 de agosto de 1971, o qual faz parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — Caberá ao "GOVERNO", através da CERENA, ou por intermédio de outra entidade, pública ou privada, a seu juízo discricionário, promover a colimação do objetivo mencionado no "Caput" desta Cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO: — A área 6 (seis), adotada pela CERENA e mencionada na Cláusula Primeira, está situada entre 25º00' e 25º30' de latitude Sul e entre 49º00' e 50º00' de longitude WC, abrangendo uma área de aproximadamente 5.580 km².

CLÁUSULA SEGUNDA: — A "SUDESUL", contribuirá para a execu-

ção do acordado neste ato com a importância de Cr\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil cruzeiros), empenhada sob n. 757, em 09 de setembro de 1971, cuja despesa correrá por conta do Orçamento Programa para o exercício de 1971, classificada como segue: PROGRAMA. Recursos Naturais; SUBPROGRAMA: Recursos Naturais Renováveis; PROJETO: 14.05.1.021 — Levantamento de Recursos de Solos; PROJETO ESPECÍFICO: Levantamento Pedológico da Área 6 do Estado do Paraná; ELEMENTOS DE DESPESAS: 3.1.3.0 — Serviços de Terceiros Cr\$ 45.000,00.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: — A transferência dos recursos mencionados nesta Cláusula ao "GOVERNO" será feita imediatamente após a assinatura do presente CONVENIO.

PARÁGRAFO SEGUNDO: — Toda a despesa necessária à execução do disposto na Cláusula Primeira que exceder a contribuição da "SUDESUL", correrá por conta do "GOVERNO", que se obriga a prover os recursos necessários, a fim de que o acordado neste ato seja totalmente executado no prazo estabelecido.

PARÁGRAFO TERCEIRO: — A importância recebida pelo "GOVERNO" será, obrigatoriamente, depositada no Banco do Brasil S.A., em conta vinculada.

PARÁGRAFO QUARTO: — Após a assinatura deste ACORDO, para o "GOVERNO" habilitar-se ao recebimento da contribuição a que se refere esta Cláusula, compromete-se a pagar à "SUDESUL", o seguinte:

a) — custo da publicação deste ACORDO no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul;

b) — Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) para custeio das despesas de fiscalização a ser feita pela "SUDESUL".

CLÁUSULA TERCEIRA: — O "GOVERNO" compromete-se a executar o acordo neste ato apresentando à "SUDESUL", dentro do prazo de 1 (hum) ano, contado da data de recebimento da contribuição da mesma, no Relatório Técnico Final referido na alínea "b" da Cláusula seguinte.

PARÁGRAFO ÚNICO: — O prazo mencionado nesta Cláusula poderá ser prorrogado, no caso de surgirem motivos de força maior, devidamente comprovada, por solicitação do "GOVERNO" e com a concordância da "SUDESUL".

CLÁUSULA QUARTA: — O "GOVERNO" compromete-se a imprimir em todas as publicações e relatórios relacionados com o desenvolvimento dos serviços, objeto deste ACORDO, os seguintes dizeres: "Ministério do Interior — Acordo com a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL —", cabendo-lhe, ainda":

a) — enviar trimestralmente, a partir da data do pagamento mencionado no Parágrafo Primeiro da Cláusula Segunda, um relatório técnico das atividades desenvolvidas;

b) — fornecer Relatório Técnico Final contendo as descrições dos solos, suas características químicas sua classificação e caracterização final dos grupos de solos, estabelecendo conclusões com solos de âmbito nacional e internacional baseados respectivamente no Manual de Método de Trabalho de Campo, 2.a aproximação, 1967, da Sociedade Brasileira de Ciência do Solo e no "Soil Classification, a comprehensive system 7th Approximation Revised, USDA Washington" do Soil Survey Staff";

c) — elaborar o Mapa na Escala de 1.250.000 (hum por duzentos e cinquenta mil) dentro das normas vigentes, e mapa original em Poliéster.

CLÁUSULA QUINTA: — Os trabalhos, objeto do presente ACORDO, deverão estar apoiados nas normas adotadas pela Equipe de Pedologia e Fertilidade do Solo do Ministério da Agricultura (MPES-MA), ao qual caberá, no caso do Laudo Técnico emitido pela "SUDESUL" e acordado à Cláusula Nona deste instrumento não aprovar o Relatório Técnico Final apresentado pelo "GOVERNO", o papel de árbitro.

CLÁUSULA SEXTA — A apresentação pelo "GOVERNO" do Relatório Técnico Final, devidamente aprovado pela "SUDESUL" na forma da Cláusula Nona do presente ACORDO, fará com que este instrumento jurídico fique plenamente concluído perfeito e acabado.

CLÁUSULA SÉTIMA: — O período de vigência do presente ACORDO será de 5 (cinco) anos, contados da data do recebimento da contribuição da "SUDESUL".

CLÁUSULA OITAVA: — Fica assegurado à "SUDESUL" o direito de fiscalizar, a qual tempo, o andamento dos serviços objeto do presente ACORDO.

CLÁUSULA NONA: — Caberá ao Departamento Agrícola e Industrial, através de sua Divisão de Recursos Naturais — Seção de Recursos Naturais Renováveis, a emissão do Laudo Técnico exigido pelo artigo 29, do Decreto-lei n. 301, de 28 de fevereiro de 1967.

CLÁUSULA DÉCIMA: — Na execução do presente ACORDO, o "GOVERNO" zelará para que seja dada a preferência a materiais e pessoal da própria região, somente utilizando pessoal e materiais estrangeiros, quando inexistirem os nacionais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: — Na aquisição de materiais ou execução dos serviços, deverá o "GOVERNO" fazer observar as disposições do Decreto-Lei n. 200 de 25 de fevereiro de 1967, artigos 125 "usque" 144.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: — A falta de cumprimento de qualquer das Cláusulas e condições aqui estabelecidas, importará na imediata rescisão do presente ACORDO. Se o inadimplemento for imputável ao "GOVERNO" ficará este obrigado a restituir a importância recebida aos cofres da "SUDESUL", dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data em que for constatada a infração, independentemente de interpelação judicial ou extra-judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: — As partes, de comum acordo, elegem o foro da Capital do Estado do Rio Grande do Sul para dirimir qualquer questão fundada no presente ACORDO.

E, por estarem acordos, mandaram que eu, (assinatura alegível), Chefe da Seção de Convênios, lavrasse o presente instrumento em 9 (nove) vias de igual teor e forma, datilografado em 6 (seis) laudas por mim numeradas e rubricadas com a seguinte rubrica, que depois de lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes acordantes, na presença das testemunhas que também firmam abaixo.

Curitiba, 13 de outubro de 1971.

aa) Engenheiro Paulo Affonso de Freitas Meiro

Superintendente da "SUDESUL".

Doutor HAROLD O LEON PERES

Governador do Estado do Paraná.

TESTEMUNHAS:

(Duas assinaturas ilegíveis).

Comissão de Constituição e Justiça

PROPOSIÇÃO N. 108-72

SÚMULA: Mensagem n. 13-72 que encaminha cópia do acordo n. 25-71, de 13.10.71, entre o Estado do Paraná e a SUDESUL, destinados a estudos para obtenção do mapa pedológico, adotado pela Comissão dos Recursos Naturais do Estado — (CERENA).

PARECER

A Mensagem do Poder Executivo é encaminhada para fins constitucionais, ou seja que obtenha o referendun do Poder Legislativo, condição de sua validade.

Quanto ao mérito é negável sua valia e necessidade.

A Mensagem está conforme a exigência do preceito constitucional, portanto, apta a receber a aprovação.

Isto posto, voto pela acolhida da Mensagem, sem restrições.

Em 24.5.72.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Luiz R. Soares — Relator.

Basilio Zanusso

Mauricio Fruet

Erondy Silvério.

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 295-71, de autoria do Dep. Luiz Renato Malucelli, fica criado um Curso Científico no Ginásio de Colombo. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — COM EMENDA SUBSTITUTIVA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 295-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado um curso científico no Ginásio do Município de Colombo, para entrar em funcionamento no ano letivo de 1971.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de outubro de 1970.

a) — Dep. Luiz Renato Malucelli.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 295-70

AUTOR: Dep. Luiz Renato Malucelli.

SÚMULA: Cria um curso científico no Ginásio de Colombo.

PARECER

No projeto em tela, que visa autorizar a criação do estabelecimento de ensino temos que relevar os seguintes pontos:

1.º — É política do Governo Federal e Estadual, a ampliação tanto quanto possível da rede de ensino em todos os seus graus, razão pela qual dezenas de estabelecimentos vem sendo criados, inclusive movimentos meritórios, como o Mobral, visando atingir até mesmo os que não podem chegar à escola, indo ela, até eles.

2.º — O Deputado Estadual é o legítimo representante do povo que sente "in loco" os problemas e, no caso, o educacional, sendo ao nosso ver o que possui o mandato do povo, para equacionar a necessidade local de um novo estabelecimento de ensino;

ASPECTO CONSTITUCIONAL

3.º — Está havendo uma controvérsia quanto a competência ou não da Assembléia Legislativa em tratar do assunto em análise, sob a afirmação de que a Casa não pode tomar a iniciativa de autorizar ou criar um estabelecimento, baseados na interpretação dos textos constitucionais que abaixo citamos:

4.º — A Constituição Federal em seu artigo 65 dispõe:

"É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

5.º — Este dispositivo é repetido em nossa Constituição Estadual em seu artigo 47:

"Compete privativamente ao Governador:

I — Iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre a matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou acrescem a despesa bem como fixem ou modifiquem os efetivos da Polícia Militar".

O fundamento que se baseia a contraditória é a de que a "lei autoriza despesas".

ANÁLISE DA CAUSA EM QUESTÃO

6.º — É preciso que distingamos perfeitamente o sentido da lei em tese e o que ocorre na prática, isto é, no mecanismo que se processa da autorização até o funcionamento de um estabelecimento educacional, senão vejamos:

a) — fase autorizatória: não implica em nenhuma despesa, senão apenas a fase inicial de um estudo localizado do problema;

b) — fase de criação: — a criação de um estabelecimento também em nada compromete financeiramente o Estado, senão na fixação pública do Governo de que criará, condicionando ao tempo necessário e as condições técnicas, o estabelecimento requerido pela população;

c) — fase de instalação: — é a fase em que o Estado tem que ter tudo previsto para o início do funcionamento, que se dá com este ato, que passará a depender de recursos financeiros, por tanto de despesas;

d) — fase de funcionamento: — é aquela em que normalmente decorre o trabalho do ensino sob a égide e nome do estabelecimento com despesas normais de professores, funcionários, etc.;

Vê-se, pela exposição clara e objetiva de que não há nenhum dispositivo constitucional, quer Federal ou Estadual que seja contrário a autorização legislativa, que não implica em nenhuma despesa, mas sim, no mérito público e oficial do equacionamento do problema, sendo portanto matéria de ordem geral, cuja faculdade é prevista na Constituição Estadual, artigo 21, onde são estabelecidas as atribuições do Poder Legislativo:

"I — Legislar sobre as matérias de competência do Estado".

ASPECTO LEGAL

O nobre Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, em seu brilhante parecer, dispôs que o projeto em tela vinha colidir com a Lei normativa

4.178, em seu artigo 30, de 5 de dezembro de 1964 — Sistema Estadual de Ensino — data vênica aos argumentos ali expedidos, discordamos de que isto ocorra pelo seguinte:

a) — A mera autorização legislativa não colide de forma nenhuma com o artigo invocado do Sistema Estadual de Ensino que diz: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura".

b) — Observa-se de que a "fase autorizatória" que envolve o presente projeto de lei, é fase anterior a criatória, que envolve o artigo 30 da lei 4.178. Daí observa-se que esta lei é uma extensão, um prosseguimento aquela que autoriza.

Encerradas as observações quanto a lei autorizatória, analisemos a criatória.

A Lei 4.178, nada mais é de que um dispositivo votado pela Casa, em função da legislação vigente, sendo por outro lado a "lei que cria" um estabelecimento educacional paralela a esta genérica, com a grande vantagem de tirar o caráter geral, para fixá-lo no particular, criar o estabelecimento no "lugar tal" visando o atendimento do povo.

Não há nenhum dispositivo nesta lei que proíba a Assembléia de autorizar ou criar um estabelecimento educacional, pois se isto ocorresse, o texto teria que ser "só serão criados por decreto do Poder Executivo, mediante proposta da Secretaria de Educação e Cultura", o que não ocorre no caso.

Finalmente, observada a inexistência real de dispositivos conflitantes, quer de ordem constitucional ou legal, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei, conforme emenda substitutiva anexo.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de julho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Iwant Losso — Relator

Acyr José

Gilberto Carvalho

Sebastião Rodrigues Júnior

Cândido M. de Oliveira

Muggiati Filho

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA

Onde se lê:

"a partir de 1971,

Leia-se:

"a partir do próximo ano letivo".

Sala das Comissões, em 8 de julho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Iwant Losso — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO de Lei N.º 295-70

AUTOR: Dep. Luiz Renato Malucelli

SÚMULA: Cria um curso científico no Ginásio de Colombo.

P A R E C E R

Na nova estrutura e funcionamento do ensino de 1.º e 2.º graus, que serão implantados, quantitativamente em todo o País, a partir de 1971, concluímos que a criação de escolas é uma necessidade que demanda atendimento.

Não encontramos nenhum impedimento de ordem financeira, somos pela aprovação.

Parecer favorável, de acordo com a Emenda Substitutiva da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 8 de agosto de 1971.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Mauricio Fruet — Relator

Ovidio Franzoni

Santos Lima

Paulo Poli

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

P A R E C E R

1.) O Projeto, de autoria do nobre deputado Luiz Renato Malucelli, estabelece a criação de um curso científico no Ginásio de Colombo.

2.) A iniciativa, além de legítima, colabora estreitamente com a política educacional do Estado.

3.) O objetivo do projeto é oportuno e legítimo. O seu aspecto legal e constitucional já foi examinado pela Comissão de Constituição e Justiça, a qual apresentou uma emenda substitutiva.

4.) O nosso parecer, portanto, é pela aprovação do referido projeto, obedecendo a emenda substitutiva.

Sala das Comissões, em 19 de julho de 1971.

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Francisco Escorsin — Relator

Alvaro Dias

Santos Lima

Arizone Araújo

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 13-71, de autoria do Dep. Francisco Escorsin, cria, na cidade de Ubatã, Município do mesmo nome, uma Escola Normal Colegial, para funcionar a partir de 1972. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 13-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na cidade de Ubatã, Município do mesmo nome, uma Escola Normal Colegial, com funcionamento a partir de 1972.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1971.

a) Dep. Francisco Escorsin

JUSTIFICATIVA:

Ubatã, Município do nosso Estado, dotado de terras férteis, alto índice de produtividade agrícola, atrai todos os anos grande número de famílias constituída de lavradores, fomentando assim nestes últimos anos o centro principal da região.

Possui grátiário e extensão da escola Normal Colegial de Campo Mourão, se fazendo necessário aprovação deste plano de Lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO de Lei N.º 13-71

AUTOR: Deputado Francisco Escorsin

SUMULA: Autoriza a criação por parte do Poder Executivo, na cidade de Ubitatã, uma escola Normal Colegial, para funcionar a partir de 1972.

P A R E C E R

I — O presente Projeto de Lei, está devidamente justificado, e sendo medida autorizativa, não fere qualquer preceito legal ou mesmo constitucional.

Parecer favorável.

Sala das Reuniões, em 16 de junho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Emílio Carazzai — Relator

Igo Losso

Cândido Martins de Oliveira — vencido

Gilberto Carvalho

Sebastião R. Júnior

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER ao Projeto de Lei n.º 13-71

I — De iniciativa do Deputado Francisco Escorsin, o plano de lei em exame visa, criar na cidade de Ubitatã uma Escola Normal Colegial, para funcionar a partir do ano de 1972.

II — Trata-se de matéria autorizatória, que o Governo Estadual somente executará se houver disponibilidade orçamentária.

Nosso Parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 15 de julho de 1971.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

Paulo Poji

Santos Lima

Maurício Fruet

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER ao Projeto de Lei n.º 13-71

I — O Projeto em evidência foi devidamente examinado pelas duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, nas quais recebeu pareceres favoráveis.

II — Referido Projeto objetiva autorizar o Poder Executivo a criar, na sede do Município de Ubitatã, uma Escola Normal Colegial, para funcionar a partir do ano letivo de 1972, procurando, desta forma, dar melhores condições à população estudantil do mesmo Município.

III — Assim sendo, somos pela sua aprovação.

E o Parecer.

Sala das Comissões, em: de setembro de 1971.

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Antônio Lopes Júnior — Relator

Santos Lima

Alvaro Dias

Arizone Araújo

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 57-72, de autoria do Dep. Luiz Roberto Soares, dispõe sobre atribuições das comissões técnicas da Secretaria da Assembléia Legislativa, para requisitar cópias de informações, pareceres, documentos, dados, análises e outros elementos, junto ao Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências. Parecer favorável da C.C.J. — COM EMENDAS. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 57-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — As Comissões da Assembléia Legislativa podem requisitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, cópia de informações, pareceres, documentos, dados, análises e quaisquer outros elementos que, ao Tribunal, devem ser prestados ou fornecidos pelos órgãos ou entidades administrativas estaduais, assim como pelas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Art. 2.º — As Comissões, referidas no artigo anterior, poderão determinar ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a realização de vistorias e ou auditorias ordinárias em quaisquer dos órgãos ou entidades abrangidas no mesmo artigo, com o fim exclusivo de proceder à fiscalização da gestão financeira e orçamentária dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

Art. 3.º — A Assembléia Legislativa caberá decidir sobre o encaminhamento da requisição ou determinação contempladas na presente lei.

Art. 4.º — O Tribunal de Contas do Estado do Paraná terá o prazo de 30 (trinta) dias para esclarecer e responder às requisições ou determinações a que se refere a presente lei.

§ único — O prazo fixado no artigo anterior poderá ser prorrogado por igual tempo, a pedido do próprio Tribunal de Contas, cuja solicitação deverá ser justificada.

Art. 5.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1972.

a) — Deputado Luiz Roberto Soares

JUSTIFICATIVA:

"Não há, nem pode haver, Estado sem poder. O exercício desse poder pelos órgãos estatais pode ser todavia, diferentemente estruturado".

Prossegue Manoel Gonçalves Ferreira Filho lembrando que "a divisão do poder consiste em repartir o exercício do poder político por vários órgãos diferentes e independentes..."

A divisão prescreve o arbitrio, ou pelo menos o dificulta sobre modo, porque só pode ocorrer se se der o improvável conluio de autoridades independentes (in Curso de Direito Constitucional, S. Paulo, Saraiva, 1971, pág. 83 e segs.).

Do exame do tema irrompe um quadro capaz de dar toda a amplitude de sua conveniência, ou seja, a articulação de um sistema de freios e contrapesos, capaz de viabilizar e fazer frutificar um regime democrático.

Embora o Poder Legislativo tenha sua nota reitora na missão de elaborar leis, seu papel nunca se limitou, e nem se limita nessa tarefa.

"Tradicionalmente, o Legislativo é o poder financeiro". Na realidade, o poder financeiro dos parlamentos precede historicamente ao exercício pelos mesmos de suas funções legisferantes.

E este poder avulta quando se considera que em nosso regime consti-

tucional, toda a receita e despesa devem ser previstas no orçamento que formalmente é uma lei e em consequência, um ato do Poder Legislativo.

"De pouco adiantaria a exigência do orçamento se as câmaras que o votaram não tivessem meios eficazes de fiscalizar a sua execução, tomando as contas dos que dispuseram de dinheiro público". (in Manoel Gonçalves Ferreira Filho, id., ibid.).

Em nosso quadro jurídico-constitucional — em razão — da intrínseca complexidade da matéria — há um órgão especializado apto a preparar a fiscalização parlamentar: o Tribunal de Contas.

O vigente regime constitucional brasileiro confere a este órgão caráter de corpo auxiliar do Poder Legislativo.

Assim é que o artigo 39 da Constituição Estadual dispõe que "a fiscalização financeira e orçamentária do Estado será exercida pela Assembléia Legislativa mediante controle externo e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo, instituído por lei".

Esta regra constitucional ganha mais densidade em seu parágrafo primeiro, o qual sentença que "o controle externo da Assembléia Legislativa será exercido com auxílio do Tribunal de Contas e compreenderá a apreciação das contas do Governador, o desempenho das funções de auditoria financeira e orçamentária, bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos".

É pertinente o comentário de Geraldo Ataliba à propósito da espécie normativa consubstanciada no artigo citado.

Pode-se afirmar que há mandamentos constitucionais completos reunindo todos os elementos normativos necessários à sua aplicação e mandamentos que poderiam, sob tal perspectiva, ser qualificados como incompletos, pela falta de alguns elementos normativos, de tal sorte a impedir a determinação exata de sua hipótese de incidência ou momento preciso de sua irradiação de efeitos, ou ainda a extensão, os limites ou mesmo os sujeitos por eles alcançados, bem como as condições de sua operatividade" (in, Lei Complementar na Constituição, Ed. Rev. dos Trib., 1971, pág. 5 e segs. — grifamos).

O texto da norma constitucional embora jurídica e eficaz com toda disposição constitucional — dúvida inexistente — não confere, porém, por si só, efetiva operatividade, sendo insuscetível de imediata aplicação, principalmente por razões técnicas.

Sendo carente de integração, está a exigir — o artigo 3.º da Constituição Estadual — adequação legislativa instrumental, sem a qual a aplicabilidade da norma é praticamente nula.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER ao Projeto de Lei n.º 57-72

AUTOR: Dep. Luiz Roberto Soares.

O presente projeto de lei, pretende atribuir, às Comissões da Assembléia Legislativa, poder de requisitar do Tribunal de Contas do Estado, cópias de informações, pareceres, documentos, dados, análises e quaisquer outros elementos prestados ao mesmo Tribunal, determinando ainda, realização de vistorias com finalidade de fiscalizar gestões financeiras e orçamentárias de responsáveis por bens e valores públicos; fixando prazos para o atendimento das mencionadas requisições.

Matéria análoga se encontra contida na Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 20, em que poderes são dados às Comissões, para convocação de Secretários de Estado, com o fim de, pessoalmente, os mesmos comparecerem perante elas, para prestar informações acerca de assunto previamente determinado.

Os parágrafos do artigo acima citado, acertam prazos e fixam normas para reger o procedimento.

Do exame comparativo, verificamos a perfeita analogia, deixando patente e intocável o poder da Assembléia Legislativa, sobre os mesmos poderes atribuídos às Comissões.

Estando o projeto perfeitamente condizente com as normas legais e constitucionais em vigência e pelo acima exposto, opinamos favoravelmente à aprovação da medida pleiteada, com as emendas que em anexo tomamos a liberdade de oferecer.

Sala das Comissões, em 7 e junho de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Emílio Carazzai — Relator

Ovídio Franzoni

Cândido M. de Oliveira

Luiz Roberto Soares

Paulo Camargo

Santos Lima

PROJETO DE LEI N. 57-72

EMENDA N. 1

ACRESCENTE-SE:

Após a palavra "COMISSÕES", contida no artigo primeiro, a palavra "TECNICAS".

Sala das Comissões, em 7 de junho de 1972.

aa) Armando Queiroz e Emílio Carazzai

EMENDA N. 2

SUPRIMA-SE:

Todo o artigo terceiro (3.º)

Sala das Comissões, em 7 de junho de 1972.

aa) Armando Queiroz e Emílio Carazzai

As emendas serão objeto de pronunciamento do Plenário por ocasião da 2a. discussão.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Santo Campagnolo. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Oldack Pereira Rangel. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do General José Domingos da Silva. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações, aos promotores da Festa da Batata, realizada em Campo Magro. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, lido da Tribuna, solicitando seja enviada sugestão à Secretaria de Agricultura, no sentido que seja firmado convênios com as Cooperativas agrícolas. — Aprovado.

Esta Presidência lembra aos Srs. Deputados, que amanhã às 15.00 horas, comparecerá ao Plenário desta Assembléia Legislativa, Sua Exa. o Senhor Mauricio Schulmann, Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 21, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. Discussão — dos Projetos de Lei ns. 244-70, 49-72 e de Resolução ns. 10-72, 11-72.

3a. Discussão — dos Projetos de Resolução ns. 12-72, 13-72 e dos Projetos de Lei ns. 295-70, 13-71, 57-72.

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 84-71.
Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

7a. LEGISLATURA — 2a. SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 8a. REUNIAO ORDINARIA

Aos sete dias do mês de junho, do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, às dezesseis horas e quinze minutos, após o término da Sessão Plenária, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça sob a Presidência do Senhor Deputado Armando Queiroz e presentes os Senhores Deputados Paulo Camargo, Emílio Carazzai, Cândido Manuel Martins de Oliveira, Santos Lima, Ovidio Franzoni e Luiz Roberto Soares. O Senhor Presidente Declara abertos os trabalhos, solicitando fosse lida a Ata da reunião anterior, requerida dispensa da leitura da Ata pelo Senhor Deputado Emílio Carazzai. Deferido. Coristou da Hora do Expediente o Ofício n. 658-72, do Excelentíssimo Senhor Ivo Simas Moreira, Digníssimo Secretário do Governo, comunicando a esta Casa o dia e hora que poderá comparecer perante esta Comissão, conforme convocação feita e solicita, ainda, relação dos assunto a serem tratados junto aos Membros desta Comissão. O Senhor Presidente, Deputado Armando Queiroz, comunica que, conforme entendimento verbal com o Secretário do Governo, o seu comparecimento fica condicionado a comunicação prévia com a devida relação dos assuntos em pauta. O Senhor Presidente, tendo em vista, requer aos Senhores Membros desta Comissão, que se manifestem, apresentando a relação dos assuntos a serem tratados com o Senhor Secretário de Governo, a fim de que se efetive o comparecimento do referido Secretário. Passou-se à Ordem do Dia: 1) — PROJETO DE LEI N. 40-72, de autoria do Senhor Deputado Domício Scaramella. Autoriza o Poder Executivo instituir a Fundação Educacional de União da Vitória, com sede e foro na mesma cidade, que se regerá por estatuto aprovado mediante Decreto do Governador do Estado e dá outras providências. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Requer que o mesmo seja convertido em diligência junto a Universidade do Vale do Iguaçu. Deferido. 2) — PROJETO N. 42-72, de autoria do Senhor Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa Filho. Autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação, da cidade de Ponta Grossa. Relator Deputado Luiz Roberto Soares. Parecer: favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 48-72, de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati. Autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual, no Bairro do Aeroporto, cidade de Londrina, e dá outras providências. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer: contrário. 4) — PROJETO DE LEI N. 56-72, de autoria dos Senhores Deputados Fabiano Braga Côrtes e Cândido Manuel Martins de Oliveira. Autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Toledo, uma motoniveladora, pertencente ao DATM. Relator Deputado Luiz Roberto Soares. Parecer: favorável. Aprovado. 5) — PROJETO DE LEI N. 57-72, de autoria do Senhor Deputado Luiz Roberto Soares. Dispõe sobre atribuições das Comissões Técnicas da Secretaria desta Assembléia, para requisitar cópias de informações, pareceres, documentos, dados, análises e outros elementos, junto ao Tribunal de Contas do Estado, e dá outras providências. Relator Deputado Emílio Carazzai. Parecer: favorável com emendas. Aprovado. 6) — PROJETO DE LEI N. 66-72, de autoria do Senhor Deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira. Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais (APADEVI), com sede nesta Capital. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer: favorável. Aprovado. 7) — PROJETO DE LEI N. 78-70, de autoria do Senhor Deputado Foad Nacli. Cria um Ginásio Estadual no Município de Paranapoema, para funcionar a partir do ano letivo de 1971. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Parecer: contrário. Aprovado. 8) — PROPOSIÇÃO N. 111-72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 16-72 encaminhando cópia autêntica do termo aditivo do convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Agricultura e a Prefeitura Municipal de Curitiba, objetivando conservação e planificação do Jardim Botânico desta Capital. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Parecer: favorável com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. O Senhor Deputado Emílio Carazzai solicita a palavra para informar que está tomando todas as providências necessárias para recuperar a Mensagem Governamental que trata do Código Sanitária, desaparecida sob sua responsabilidade. Esclarece que, se todos os esforços forem inúteis, solicitará a restauração do Projeto de Lei em plenário. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encorrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a Presente Ata, que após lida e aprovada por todos os Membros desta Comissão, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Armando Queiroz, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária da Comissão.

aa) ARMANDO QUEIROZ — Presidente
RITA CELESTINO SOARES — Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7a. LEGISLATURA — 2a. SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 10a. REUNIAO ORDINARIA

Aos quinze dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do sr. dep. Cândido M. M. de Oliveira. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o sr. dep. A. Maciel Filho apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.

127-70 — autor dep. Ovidio Franzoni, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Inspeção Regional de Ensino com sede em Rondon, com jurisdição nos municípios que especifica. PROJETO DE LEI N. 2-71 — autor dep. Muggiati Filho, que dá nova redação ao artigo 1.º da Lei Estadual n. 5410, de 20-10-66. PROJETO DE LEI N. 107-71 — autor dep. Armando Queiroz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Mun. de Engenheiro Beltrão o lcte n. 45-E, com 4,70 hectares, seção Água Grande da Gleba Rio Mourão, naquele Município. PROJETO DE LEI N. 135-71 — autor dep. Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo a criar em Jacarezinho, uma Escola Técnica Agrícola de 1.º e 2.º ciclos, para funcionar a partir do próximo ano letivo. PROJETO DE LEI N. 175-71 — autor dep. Wilson Brandão, que cria um Colégio Comercial em Dr. Camargo, para funcionar no ano letivo de 1.972. PROJETO DE LEI N. 198-71 — autor dep. Acyr José, que denomina Desembargador Antônio de Paula, estabelecimento de ensino de grau médio, sediado em Curitiba, Capital do Estado do Paraná. PROJETO DE LEI N. 223-71 — autor dep. Lázaro Dumont, que declara de utilidade pública, o Clube Cultural, Social e Recreativo "JUDIMA", da cidade de Mandaguáçu. PROJETO DE LEI N. 28-72 — autor Poder Executivo — Mensagem n. 7-72, encaminhando anteprojeto de lei introduzindo alterações à Lei n. 5.971, de 24-7-69, que dispõe sobre o Fundo de Crédito Agrícola. PROJETO DE LEI N. 14-72 — autor Comissão de Constituição e Justiça — EX-PROPOSIÇÃO N. 109-72, que aprova o termo de convênio celebrado em 29-7-70, entre o Instituto Brasileiro do Café através do (GERCA) e o Governo do Estado do Paraná, para a implantação do Instituto Agrônomico do Norte do Paraná. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encorrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, a qual depois de lida e achada conforme será assinada pelo Senhor e por Mim para que produza os efeitos legais.

aa) CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA — Presidente
LELIO GUIMARAES SOTTO-MATOR — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 127-70
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :
Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado, na conformidade da Lei n. 5.821, de 3 de agosto de 1.968, a criar uma Inspeção Regional de Ensino, com sede na cidade de Rondon, com jurisdição, além do Município sede, nos Municípios de Cidade Gaúcha, Guaporema, Tapira e Nova Olímpia.

Art. 2.º — Para atender o disposto no artigo primeiro, fica o Poder Executivo autorizado a incluir no art. 6.º, da Lei n. 5.821, de 3 de agosto de 1.968, os seguintes cargos de Provisão em Comissão: no inciso I, 1 (um) de Inspetor Regional de Ensino Médio, símbolo 3-C; e, no inciso IV, (um) de Inspetor Regional de Ensino Primário, símbolo 14-C.

Art. 2.º — As despesas com a execução desta Lei correrão à conta da verba própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15-6-72

aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
A. MACIEL FINHO e GABRIEL MANOEL — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 2-71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :
Art. 1.º — O artigo 1.º da Lei n. 5.410, de 20 de outubro de 1.966, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1.º — O Governador do Estado, nos termos do art. 108, inciso I, da Constituição Estadual, nomeará o Prefeito da Capital, após assentimento da Assembléia Legislativa, ao nome proposto.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15-6-72

aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
A. MACIEL FINHO e GABRIEL MANOEL — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 107-71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :
Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Engenheiro Beltrão, o lote de terras sob n. 45-E, com 4,70 hectares, Seção Água Grande da Gleba Rio Mourão, situado na zona rural do referido Município.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15-6-72

aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
A. MACIEL FINHO e GABRIEL MANOEL — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 135-71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :
Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de Jacarezinho, uma Escola Técnica Agrícola de 1.º e 2.º ciclos para funcionar a partir do ano letivo de 1.972.

Art. 2.º — O Poder Executivo baixará os atos necessários à constituição e funcionamento da escola criada por esta Lei.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15-6-72

aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
A. MACIEL FINHO e GABRIEL MANOEL — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 175-71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :
Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de Dr. Camargo, uma Escola Técnica de Comércio, de grau colegial, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15-6-72

aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
A. MACIEL FINHO e GABRIEL MANOEL — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 198-71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar Desembargador Antônio de Paula o estabelecimento do ensino de grau médio, sediado na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15-6-72

aa) CANDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
A. MACIEL FINHO e GABRIEL MANOEL — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 223-71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o Clube Cultural Social e Recreativo "JUDIMA" — Juventude Dinâmica Mandaguaguense, com sede e foro na cidade de Mandaguau.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15-6-72

aa) CANDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
A. MACIEL FINHO e GABRIEL MANOEL — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 28-72
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O art. 2.º da Lei n. 5.971, de 24 de julho de 1.969, fica acrescido do parágrafo único, com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Para cumprimento do disposto na alínea "a" deste artigo, o Governo do Estado subscreverá e integralizará em ações nominativas do Banco do Estado do Paraná S.A., no mínimo até o valor do produto dos dividendos auferidos desse estabelecimento bancário, a partir do primeiro semestre de 1.969".

Art. 2.º — O art. 8.º da Lei n. 5.971, de 24 de julho de 1.969, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8.º — O Fundo de Crédito Agropecuário será registrado, contabilmente, na escrita do Banco de acordo com as normas dispostas pelo Banco Central do Brasil".

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15-6-72

aa) CANDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
A. MACIEL FINHO e GABRIEL MANOEL — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 14-72
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 20 de julho de 1.970, entre o Instituto Brasileiro do Café, através do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA) e o Governo do Estado do Paraná, para a implantação do Instituto Agrônomo do Norte do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15-6-72

aa) CANDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
A. MACIEL FINHO e GABRIEL MANOEL — Relatores

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.ª LEGISLATURA — 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 11.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias de junho de hum mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cândido M. M. de Oliveira. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o deputado Basílio Zanusso apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 74/70 — autor deputado Túlio Vargas, que transfere ao D.E.R., para efeito de conservação a rodovia no Mun. de Guaraniáçu, que lida a BR-277, na altura do quilômetro 315, até o rio Piquiri, divisa com o Mun. de Palmital. PROJETO DE LEI N.º 92/70 — autor deputado David Federmann, que autoriza o P.E. a transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria a estrada que liga Carambei a Tibagi. PROJETO DE LEI N.º 195/70 — autor deputado Túlio Vargas, que cria uma Escola Normal de Grau Ginasial em Marumbi. PROJETO DE LEI N.º 199/70 — autor deputado Paulo Poli, que autoriza o P. E. a criar uma Escola Técnica de Comércio, em Mamborê, e dá outras providências. PROJETO DE LEI N.º 214/70 — autor deputado Arthur de Souza, que autoriza o P. E. a criar uma Escola Normal de Grau Secundário, em Curitiba. PROJETO DE LEI N.º 235/71 — autor deputado Jorge Sato, que declara de utilidade pública a Associação dos Professores de Maringá (A.P.M.) com sede em Maringá. PROJETO DE LEI N.º 13/72 — autor Poder Executivo — Mensagem n. 2/72, encaminhando anteprojeto de lei complementar que instrui o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais (CCRF), vinculado a Secretaria de Fazenda e destinado ao julgamento em instância administrativa de questões tributárias. PROJETO DE LEI N.º 44/72 — autor deputado Jorge Sato, que declara de utilidade pública a Escola Especializada Primavera, de atendimento a crianças excepcionais, nesta Capital. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

aa) Cândido Manuel Martins de Oliveira, Presidente; Lélío Guimarães Sotto-Maior, Secretário.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 74/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação, a rodovia no Município de Guaraniáçu que liga a BR-277, da altura do quilômetro 315, até o rio Piquiri, divisa com o Município de Palmital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.06-72.

aa) Cândido M. M. de Oliveira, Presidente; Basílio Zanusso e Gabriel Manoel, Relatores.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 92/70
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem (D.E.R.), para fins de conservação e melhoria a estrada que liga Carambei a Tibagi, com extensão de 30 kms.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.06-72.

aa) Cândido M. M. de Oliveira, Presidente; Basílio Zanusso e Gabriel Manoel, Relatores.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 195/70
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada uma Escola Normal de grau colegial, na sede do Município de Marumbi.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.06-72.

aa) Cândido M. M. de Oliveira, Presidente; Basílio Zanusso e Gabriel Manoel, Relatores.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 199/70
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Escola Técnica de Comércio Mamborê, no Município de Mamborê, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Fica o Poder Executivo autorizado a baixar os atos necessários à constituição e funcionamento da Escola criada por esta Lei.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.06-72.

aa) Cândido M. M. de Oliveira, Presidente; Basílio Zanusso e Gabriel Manoel, Relatores.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 214/70
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de Curitiba, uma Escola Normal, de grau secundário.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.06-72.

aa) Cândido M. M. de Oliveira, Presidente; Basílio Zanusso e Gabriel Manoel, Relatores.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 235/71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Professores de Maringá — A.P.M., com sede em Maringá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.06-72.

aa) Cândido M. M. de Oliveira, Presidente; Basílio Zanusso e Gabriel Manoel, Relatores.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 13/72
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

CAPÍTULO I

Da Organização do Conselho

Art. 1.º — Fica instituído, de acordo com o inciso 8 do parágrafo único do art. 26 da Constituição do Paraná, o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais (CCRF), para julgamento, em segunda instância administrativa, de questões tributárias entre os contribuintes e o Estado.

Parágrafo único — O CCRF, vinculado administrativamente à Secretaria da Fazenda, tem sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado.

Art. 2.º — Compõem o CCRF:

- a) Corpo deliberativo;
- b) Representação da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda;
- c) Corpo Instrutivo.

CAPÍTULO II

Do Corpo Deliberativo

Art. 3.º — O Corpo Deliberativo será integrado por oito Vogais, e um Presidente.

§ 1.º — O Presidente será substituído, nas suas faltas e impedimentos, por um Vice-Presidente.

§ 2.º — O Presidente e o Vice-Presidente do CCRF são escolhidos pelo Governador do Estado, entre pessoas cuja formação seja de nível superior de reconhecida idoneidade e competência em matéria tributária, financeira e econômica.

§ 3.º — O Presidente e o Vice-Presidente são livremente demissíveis pelo Governador do Estado.

§ 4.º — Será igual o número de vogais representantes da Fazenda Pública Estadual e dos contribuintes e todos serão nomeados pelo Governador do Estado.

§ 5.º — A nomeação dos vogais representantes da Fazenda Pública Estadual e dos respectivos suplentes recairá em pessoas cuja formação seja de nível superior, com reconhecida idoneidade e competência em matéria tributária, financeira e econômica, indicadas pelo Secretário da Fazenda.

§ 6.º — Os vogais e seus suplentes, representantes dos contribuintes, serão indicados em lista triplíce pela Federação do Comércio do Estado do Paraná, — juntamente com a Federação do Comércio Varejista do Estado do Paraná —, Federação das Associações Comerciais do Paraná, Federação das Indústrias do Estado do Paraná e Federação da Agricultura do Estado do Paraná.

§ 7.º — Na falta ou impedimento ocasional e simultâneo do Presidente e Vice-Presidente do CCRF exercerá a Presidência o mais antigo dos Vogais presente ou, sendo iguais na antiguidade, o mais idoso.

Art. 4.º — O mandato dos Vogais e Suplentes do CCRF, tem a duração de dois anos, admitida a recondução.

Art. 5.º — O Presidente e os Vogais têm direito a uma gratificação equivalente a 25% do maior salário mínimo vigente no Estado, por sessão a que comparecerem, até o máximo de quinze sessões por mês.

§ 1.º — O Vice-Presidente e os Suplentes têm direito as mesmas gratificações correspondentes às sessões a que comparecerem.

§ 2.º — O Presidente do Conselho perceberá, além da gratificação por sessão, gratificação mensal equivalente a uma vez e meia o valor do maior salário mínimo vigente no Estado, a título de representação.

§ 3.º — O Vice-Presidente ou vogal que exercer a Presidência do CCRF por trinta dias, consecutivamente, tem direito a percepção da gratificação a que se refere o parágrafo anterior.

§ 4.º — Os Vogais representantes da Fazenda Estadual terão, além da gratificação por sessão, todos os direitos a vantagens dos cargos que ocupam e relativos a função pública, como se no seu efetivo exercício estivessem.

Art. 6.º — O CCRF funcionará com a presença de cinco membros, no mínimo, garantida a participação paritária e decidirá por maioria de votos.

§ 1.º — O Presidente do CCRF tem apenas o voto de desempate.

§ 2.º — A falta de comparecimento de qualquer Vogal a cinco sessões consecutivas, ou dez alternadas, durante o ano, importará, salvo motivo plenamente justificado, em renúncia tácita do mandato, devendo o Presidente comunicar o fato ao Secretário da Fazenda, para efeito de ser providenciado o preenchimento da vaga, na forma prevista nesta Lei.

Art. 7.º — Os membros do CCRF têm direito a um período de férias anuais de 30 (trinta) dias consecutivos, sem prejuízo de suas vantagens.

Parágrafo único — As férias e as licenças serão concedidas pelo plenário do CCRF ao Presidente e por este aos Vogais.

Art. 8.º — Os membros do Conselho são impedidos de discutir e votar nos processos:

I — de seu interesse pessoal ou de seus parentes até o terceiro grau, inclusive;

II — do interesse de empresa de que sejam diretores, administradores, sócios, acionistas, membros de conselho, assessores ou a que estejam ligados por vínculo profissional permanente;

III — em que houverem proferido decisão ou instruído o feito, em primeira instância administrativa.

CAPÍTULO III

Da Representação da Secretaria da Fazenda

Art. 9.º — Junto ao CCRF oficiam quatro representantes da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, designados pelo Secretário da Fazenda e por ele livremente demissíveis.

Parágrafo único — A designação dos representantes a que alude este artigo recairá em servidores da Secretaria da Fazenda de reconhecida idoneidade e competência em matéria tributária, os quais enquanto servirem no CCRF, ficarão dispensados de suas funções ordinárias.

Art. 10 — Os representantes da Secretaria da Fazenda terão assento junto ao Plenário, obedecido entre eles o sistema de rodízio em cada sessão.

§ 1.º — Os representantes da Secretaria da Fazenda não terão direito a voto.

§ 2.º — Os representantes da Secretaria da Fazenda têm direito a gratificação equivalente a 25% do maior salário mínimo vigente no Estado, por sessão a que comparecerem, até o máximo de 15 (quinze) sessões por mês, sem prejuízo de todos os direitos e vantagens de seus cargos, como se no seu efetivo exercício estivessem.

§ 3.º — As questões administrativas de interesse dos representantes da Secretaria da Fazenda serão decididas, ou encaminhadas, conforme o caso, ao Governador, pelo Secretário da Fazenda.

Art. 11 — Aos representantes da Secretaria da Fazenda compete fundamentalmente:

I — ter vista de todos os processos, para efeito de parecer, antes de distribuídos aos relatores;

II — usar da palavra nas sessões de julgamento e requerer o que considerar conveniente à apreciação e solução do feito, na forma regimental;

III — recorrer à última instância, das decisões do CCRF quando estas não forem unânimes e forem contrárias à Fazenda Pública Estadual.

Parágrafo único — Os representantes da Secretaria da Fazenda podem requisitar de qualquer repartição estadual documentos que julgarem necessários à instrução dos processos de que tenham vista, os quais lhes serão fornecidos com a maior brevidade.

CAPÍTULO IV

Do Corpo Instrutivo

Art. 12 — O Corpo Instrutivo do CCRF, será constituído de uma Secretaria Geral, incumbida de atender a todos os serviços administrativos.

§ 1.º — Os servidores do Corpo Instrutivo serão colocados à disposição do CCRF, a critério do Secretário da Fazenda, mediante solicitação do Presidente do órgão colegiado.

§ 2.º — Os servidores colocados à disposição do CCRF terão todos os direitos e vantagens inerentes aos seus cargos.

§ 3.º — Aplica-se aos servidores do Corpo Instrutivo o disposto no § 3.º do artigo 10 desta lei.

§ 4.º — O Corpo Instrutivo será dirigido por um Secretário, administrativamente subordinado ao Presidente, de sua livre escolha entre os servidores que prestem serviço junto ao CCRF.

§ 5.º — Ao Secretário do CCRF será atribuída a gratificação de função equivalente ao símbolo 1-F.

CAPÍTULO V

Do Procedimento em Instância Coletiva

Art. 13 — Os recursos serão recebidos e protocolados na Secretaria do CCRF e distribuídos à representação da Secretaria da Fazenda, no prazo de até cinco (5) dias contados do recebimento.

§ 1.º — O representante da Secretaria da Fazenda terá o prazo de 15 (quinze) dias para o estudo dos processos que lhes forem distribuídos, devendo, nesse prazo, devolvê-los à Secretaria, com o parecer ou pedido de diligência, dirigido ao Presidente do CCRF.

§ 2.º — No retorno dos processos de diligência a Secretaria abrirá nova vista, ao representante da Secretaria da Fazenda pelo prazo de 8 (oito) dias.

Art. 14 — Com o parecer do representante da Secretaria da Fazenda, o processo será distribuído a um Relator que dele terá vista pelo prazo de 15 (quinze) dias, podendo, nesse prazo, solicitar ao Presidente diligência externa.

§ 1.º — No retorno do processo à Secretaria do CCRF será reaberta vista ao Relator pelo prazo de 8 (oito) dias.

§ 2.º — Enquanto o Relator não devolver o processo à Secretaria do CCRF, é facultada às partes a juntada de prova documental, abrindo-se nesse caso, vista à parte contrária para dizer, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre as inovações.

Art. 15 — Devolvido o processo pelo Relator, será distribuído a um Revisor que o revisará no prazo de 5 (cinco) dias.

Parágrafo único — A manifestação dos Vogais Relatores e Revisores, nos processos, será paritária.

Art. 16 — Esgotado o prazo fixado no artigo anterior, o processo será devolvido à Secretaria do CCRF para inclusão na pauta de julgamento, observada a ordem sequencial de recebimento dos processos.

Parágrafo único — A Secretaria do CCRF providenciará a publicação no Diário Oficial do Estado, com antecedência de no mínimo 10 (dez) dias da data do julgamento, da pauta da sessão, com a indicação, para cada feito, do:

- número do protocolo;
- nome do contribuinte;
- nome do procurador do contribuinte, se houver;
- nome do Relator;
- local, data e hora da sessão.

Art. 17 — As decisões do CCRF serão tomadas em forma de Acórdão, obedecidas as disposições regimentais.

Art. 18 — É facultado aos Vogais e ao representante da Secretaria da Fazenda pedir vista do processo, durante o julgamento, pelo prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 19 — O CCRF poderá converter o feito em diligência externa, como preliminar de julgamento.

Art. 20 — O Acórdão será lavrado pelo Relator, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de julgamento.

§ 1.º — Se o Relator for vencido, o Presidente designará para redigir o acórdão, no mesmo prazo, um dos Vogais cujo voto tenha sido vencedor.

§ 2.º — A fundamentação escrita dos votos far-se-á no mesmo prazo fixado no parágrafo anterior.

Art. 21 — As Súmulas dos Acórdãos serão publicadas no Diário Oficial do Estado.

CAPÍTULO VI Do Regimento do CCRF

Art. 22 — O CCRF organizará o seu Regimento que determinará, basicamente:

I — distribuição proporcional dos processos, segundo a ordem cronológica de atuação na sua Secretaria;

II — rigorosa igualdade de tratamento às partes;

III — direito de vista dos autos, na Secretaria do CCRF, ao contribuinte ou seu representante legal;

IV — direito de sustentação oral dos recursos durante o julgamento;

V — realização de três sessões ordinárias semanais;

VI — multas aplicáveis nos casos de retenção e restituição fora de prazo dos processos;

VII — estabelecer a processualística dos pedidos de esclarecimentos sobre o alcance dos acórdãos, bem como o rito do recurso de reconsideração, ao próprio CCRF, quando a decisão, desfavorável ao sujeito passivo, não tenha sido unânime.

VIII — elaboração pela Presidência, de relatório anual circunstanciado ao Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda sobre as atividades do CCRF.

CAPÍTULO VII

Das Instâncias Administrativas

Art. 23 — O processo administrativo fiscal desenvolve-se nas seguintes instâncias:

a) primeira, singular, a nível do Departamento de Rendas Internas da Secretaria da Fazenda;

b) segunda, coletiva, a nível do CCRF;

c) terceira e última, singular, a nível do Secretário da Fazenda.

Art. 24 — O recurso à terceira e última instância caberá, apenas, ao representante da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, na hipótese prevista no inciso III do artigo 11 desta lei.

§ 1.º — O recurso previsto neste artigo poderá ser exercitado no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da publicação do acórdão no Diário Oficial do Estado.

§ 2.º — Apresentado o recurso indicado neste artigo, o CCRF, antes de encaminhar o feito à autoridade julgadora competente, abrirá vista do processo ao contribuinte para que este venha aduzir, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da notificação, as considerações julgadas oportunas sobre as razões apresentadas pelo recorrente.

§ 3.º — As normas complementares sobre o rito do recurso previsto neste artigo, são fixadas em decreto do Poder Executivo.

Art. 25 — Publicado o acórdão favorável à Fazenda Pública a Secretaria do CCRF certificará tal circunstância nos autos, remetendo o feito, em seguida, à Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, para os devidos fins.

Parágrafo único — Se o acórdão publicado for favorável ao contribuinte e cabendo recurso na forma desta lei, a Secretaria do CCRF aguardará a fluência do prazo, no qual ele poderá ser interposto, a fim de dar encaminhamento do feito à Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, observada a regra do § 2.º do artigo anterior.

Art. 26 — O rito do processo administrativo-fiscal em primeira instância será estabelecido na lei orgânica de cada tributo.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Gerais

Art. 27 — Os recursos que se encontram pendentes de julgamento no Tribunal de Contas do Estado serão encaminhados à Secretaria da Fazenda que os remeterá ao CCRF para apreciação em segunda instância administrativa.

Art. 28 — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial, no valor de Cr\$ 70.000,00 (setenta mil cruzeiros), destinado a atender despesas com instalação e manutenção do CCRF no presente exercício financeiro.

Parágrafo único — Como recurso para atender as despesas decorrentes da abertura do crédito especial de que trata este artigo fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância no Programa "Exação e Fiscalização Financeira" — Unidade Executora — Secretaria da Fazenda — Departamento de Rendas Internas — Dotação 72—1.1—42—04—0 — 3.0.0 — Despesas Correntes — 3.1.0.0 — Despesas de Custeio — 3.1.3.0 — Serviços de Terceiros.

Art. 29 — A Secretaria da Fazenda providenciará a instalação do CCRF.

Art. 30 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 31 — Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20-06-72.

aa) Cândido M. M. de Oliveira, Presidente; Basílio Zanusso e Gabriel Manoel, Relatores.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 44/72
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Escola Especializada Primavera, de atendimento à crianças excepcionais, com sede em Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20-06-72.

aa) Cândido M. M. de Oliveira, Presidente; Basílio Zanusso e Gabriel Manoel, Relatores.